

CPI - ORGANIZAÇÕES SOCIAIS DA SAÚDE

07.06.2018

AUDIOTEXT SERVIÇOS E CIA. LTDA. - ME**CPI - ORGANIZAÇÕES SOCIAIS DA SAÚDE****07.06.2018**

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Havendo número regimental, declaro aberta a 14ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída pelo Ato 17/2018, com a finalidade de apurar denúncias de irregularidades nos contratos celebrados com as Organizações Sociais da Saúde - OSS, pelas prefeituras e pelo Governo do Estado de São Paulo. Registro a presença dos nobres deputados; Ramalho da Construção, Carlos Neder, este deputado na Presidência, Cezinha de Madureira e Davi Zaia. Solicito à secretária que faça a leitura da Ata da reunião anterior.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Pela ordem, nobre deputado Cezinha de Madureira.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - Para pedir a dispensa da leitura da Ata.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - É regimental a solicitação de Vossa Excelência. Está dispensa a leitura da Ata da reunião anterior. Comunico a todos os membros da CPI que hoje o representante do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo é o Sr. Moacir Pereira da Silva, da 10ª Diretoria de Fiscalização. Muito obrigado pela sua presença.

A pauta de hoje, número um. O Dr. Didier Roberto Torres Ribas, superintendente do Serviço Social da Construção Civil do Estado de São Paulo - Seconci, e da Central de Regulação de Ofertas de Serviços de Saúde - CROSS. Essa reunião tem por objetivo discutirmos os problemas do CROSS. E também o Dr. Haruo Ishikawa, presidente do Serviço Social da Construção Civil do Estado de São Paulo - Seconci, a quem já gostaria de pedir para fazerem, conjuntamente - são temas diferentes, mas um cuida de

um contrato, a CROSS, e o outro é o presidente da organização social. Um pode complementar...

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Pois não, nobre deputado?

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Presidente, ontem foi divulgada uma reportagem investigativa da Rede Brasil Atual, que faço chegar às suas mãos, que diz o seguinte. “Organização gastou 18 milhões com terceirizadas que têm servidores como sócios. SPDM é a entidade privada que mais recebe verba do governo paulista para administrar hospitais e AMEs. CPI vê irregularidade em contratação”. A autoria é do jornalista Rodrigo Gomes, da Rede Brasil Atual. Eu gostaria até que fosse entregue cópia dessa reportagem aos membros da CPI.

A razão de eu colocar essa questão logo no início é saber de V. Exa. quando ouviremos a SPDM, uma vez que se não me engano já aprovamos uma proposta de convite ou convocação. A SPDM é de todas, a que fica com a maior parcela de recursos. E o Seconci fica com a segunda maior parcela, de acordo com os dados trazidos aqui pelo Tribunal de Contas do Estado. Então, na verdade, estamos ouvindo a segunda maior OSS, em termos de contratos de gestão com o Estado, mas é preciso que agilizemos a oitiva da SPDM. Inclusive ontem estivemos no Hospital de Pedreira, sob responsabilidade da SPDM. Então, pergunto a V. Exa. se já temos uma data prevista para que possamos ouvir a SPDM. Estou tentando localizar o requerimento, mas de qualquer forma precisamos ouvi-los.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Sem dúvida, excelência. Já dando a resposta, nossa assessoria informa que foi feito contato e eles estão se preparando para vir à CPI, não nessa semana que entra, mas na outra. Já temos confirmado também na próxima semana, dia 13, o Dr. Gianpaolo Smanio, procurador geral e chefe do Ministério Público, que deve vir acompanhado do promotor e da promotora, trazendo informações do que eles têm lá.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Apenas corrigindo, Sr. Presidente. É o Requerimento 57, do deputado Cássio Navarro, que requer que seja convidado o Sr. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira, atual diretor-presidente da SPDM.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Exatamente excelência, a assessoria está em contato com eles e o ofício já foi expedido. Temos feito através de convite inicialmente. E o senhor já sabe as regras; se o convidado não vier, pedimos para vir.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Pois não, nobre deputado Cezinha de Madureira.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - Eu tenho acompanhado as outras reuniões, e queria fazer um comentário a Vossa Excelência. Não sei se é viável ou não, até preciso que a assessoria nos ajude com o regimento, com relação ao tempo de cada deputado membro desta CPI e os deputados que detêm o direito, mesmo não sendo membros. Eu presenciei essa semana em alguns momentos com um único participante da Comissão, que ficamos quase uma hora com um único membro debatendo as perguntas.

Queria propor para V. Exa., não sei se o regimento já dispõe disso, ou pode ser uma determinação da Presidência, a questão de estipularmos o tempo de pergunta dos membros da Comissão, e dos que não são membros. Em torno de dez minutos para os membros efetivos ou substitutos, e cinco minutos para os deputados que não forem membros da Comissão, para conseguirmos ter um bom andamento e a participação de todos. Eu percebi aqui que na última reunião, deputado que não é membro da CPI, chegou por último e fez questionamentos demorados que acabam atrapalhando um pouco o nosso trabalho, tendo em vista que temos uma tarefa muito grande. Foi de grande valia a reunião de ontem. Acabei não me organizando com horário e não estive presente com Vs. Exas. na vista ao hospital na Zona Sul de São Paulo.

Então, gostaria de propor a V. Exa. que estipulasse um tempo, para que tivéssemos um andamento melhor, com a participação de todos, sem cansar os

convidados e também os membros. Para darmos um resultado melhor para a nossa população.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Obrigado, excelência. Vamos tentar seguir as regras das Comissões temáticas da Casa, de dez minutos para a fala do deputado, e cinco para os que não são da Comissão. Acaba que um deputado cede para o outro o tempo que for necessário para que possam fazer suas explicações.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Pela ordem, Sr. Presidente. Acho razoável e correta a preocupação do deputado Cezinha. Apenas gostaria de ponderar num aspecto. Todos nós podemos fazer as perguntas em dez minutos, entretanto, isso acaba com o direito de réplica ou tréplica. Vamos supor que a resposta do depoente seja extremamente superficial e não condizente com as informações que o deputado tem em mãos. Ele fica tolhido da liberdade de questionar a incongruência do depoimento dado.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - O que faremos? Abriremos mais cinco minutos?

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Acho que podemos atender a essa orientação, os membros fazerem as perguntas em dez minutos, e eventualmente quem não é membro em cinco minutos. Mas precisamos ter cuidado, porque às vezes é necessário um aprofundamento do tema.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Sem dúvida excelência, também concordo. Fica bem assim, deputado?

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - Acredito que sim, se for do agrado de todos. Hoje tem poucos deputados na CPI. Acho que só tem uma ponderação para que tenhamos um andamento igual para todos, e um bom resultado.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Ok, muito obrigado. Dando sequência aos trabalhos, vou pedir que também faça parte da Mesa, a pedido do Sr.

Haruo, presidente do Seconci, o responsável pelo jurídico do Seconci, o Sr. Pietro Sidoti.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Pela ordem, Sr. Presidente. Acho importante a qualificação dos membros da Mesa. Esse pedido foi formal?

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Exato, excelência.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Então, peço cópia desses documentos para os membros da CPI.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Ok. Então, vou desde já passar a palavra ao Dr. Haruo para que faça sua qualificação, e explique rapidamente. Depois o Dr. Didier, e depois o representante jurídico.

O SR. HARUO ISHIKAWA - Boa tarde a todos, presidente da Mesa e deputados. Não tenho muita experiência para sentar aqui, então em primeiro lugar peço desculpas por qualquer erro que cometer aqui. Já peço desculpas antes de falar, porque é a primeira vez que sento nessa Mesa. Meu nome é Haruo Ishikawa, estou presidente do Seconci, o que é uma missão. Não há posse, eleição, nada. É uma missão que tenho de responsabilidade social. Sou engenheiro civil. Não sei se posso falar em cinco minutos como nasceu o Seconci, mas acho que é importante. Posso falar?

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Nobre deputado Carlos Neder, ele já faz a explicação como começou, ou primeiro qualificamos todos para que saibamos quem está à Mesa? É melhor, não é? Dr. Haruo, é importante que ele se apresentasse, porque já tivemos outro problema aqui. A experiência nos ensina.

O SR. HARUO ISHIKAWA - Obrigado a todos. Estou à disposição de todos. É um prazer muito grande estar presente aqui, para esclarecer a todos exatamente o que é o Seconci, e o que fazemos lá.

O SR. DIDIER ROBERTO RIBAS - Boa tarde a todos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhoras e senhores. Me chamo Didier Roberto Ribas, sou médico formado há aproximadamente 37 anos. Sou superintendente do Seconci, e uma das unidades que respondo é pela CROSS - Central de Regulação de Ofertas de Serviços de Saúde, onde operacionalizamos a ação do que é determinado pela secretaria.

O SR. PIETRO SIDOTI - Sr. Presidente, boa tarde. Meu nome é Pietro Sidoti, sou advogado e gerente de compliance do Seconci. Agradeço pela possibilidade de ter nosso pedido deferido, e espero contribuir no que for necessário para a CPI.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Muito obrigado.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - Pela ordem, Sr. Presidente. O Dr. Pietro é advogado do Seconci? Ok.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Questiono os Srs. Deputados se começamos pelo Dr. Haruo ou pelo Dr. Didier. Nós tínhamos aqui como primeiro da pauta o Dr. Didier.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Pela ordem, presidente. O deputado Cezinha de Madureira é o responsável pela sub-relatoria. Acho até que poderíamos ter esse procedimento. Quando vem um convidado ou convocado por sugestão de um dos deputados, ficaria ele com a incumbência de fazer as primeiras perguntas. Acho que essa questão cabe ao deputado decidir, se ele acha melhor começar pelo Seconci ou pela CROSS.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - Muito obrigado, deputado Neder. Mas indiferente, acho que com o decorrer das reuniões vamos achando os encaixes das perguntas e questionamentos. Acho que fica sob a direção de V. Exa. definir quem começa. Acredito que o superintendente é quem faz o dia a dia do trabalho, e poderíamos começar ouvindo ele, se V. Exa. concordar.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Então, vou passar a palavra ao Sr. Didier, para explicar por cerca de dez minutos sobre o que é a CROSS, como funciona. Rapidamente e objetivamente o que o senhor pensa do serviço, quais as dificuldades que muitas vezes os senhores têm para desempenhar o trabalho, se é legislação, operacional.

O SR. DIDIER ROBERTO RIBAS - Boa tarde a todos. A CROSS - Central de Regulação de Ofertas de Serviços de Saúde é composta por uma central de regulação estadual e um sistema informatizado web, que tem vários módulos, que várias instituições, secretarias municipais e unidades do Estado usam. Faz parte do contrato de gestão do Seconci operacionalizar a central, e a manutenção do sistema informatizado, de forma que todos consigam ter o acesso integral do sistema, que é dividido em módulos. O sistema tem um módulo ambulatorial, em que cada unidade de saúde do Estado pode agendar as consultas de acordo com o que elas forem disponibilizadas pelas unidades regionais no estado.

Só dando um exemplo, um AME produz a agenda dele, negocia com a secretaria a diretoria regional e as secretarias municipais da região dele, para quais unidades ele será referência. O AME coloca no sistema as consultas que estão disponibilizando, de acordo com o que foi pactuado. A regional de saúde faz uma grade daquelas consultas, dividindo-as entre os municípios. E os municípios, de acordo com cada um, dependendo do tamanho, município maior, divide aquela grade, e pode dividir por regiões do município ou por unidades. E o município menor deixa centralizado na secretaria municipal. Esse é o módulo ambulatorial. A partir das consultas disponibilizadas, cada unidade tem acesso para fazer o agendamento dos seus pacientes.

Em cada uma das vagas disponibilizadas você tem quais diagnósticos que podem ser agendados, e quais as características do paciente que aquela unidade está disponível para atender. A CROSS faz somente o acompanhamento desse processo todo. Monitoramos se foram abertas todas as agendas como a pactuação que a secretaria passou para nós que deveria ter feito. Se algum AME atrasa, nós entramos em contato pedindo para que façam a disponibilização da agenda, para que a diretoria regional de saúde da secretaria consiga dividir aquelas consultas disponibilizadas. As consultas ficam disponíveis para as unidades que estão pactuadas, e vão agendando os pacientes de acordo com a necessidade.

Uma semana antes de cada consulta ela é liberada para um chamado bolsão. Se uma unidade tinha uma cota para ela, mas não ocupou até uma semana antes, isso para consulta ambulatorial e procedimento de exames que é do mesmo modo. Aquela consulta ou aquele exame é disponibilizado para todas as outras unidades que fazem parte da grade daquele serviço. Então, um AME em Taboão da Serra responde para vários municípios. Se um dos municípios não preencher a vaga, uma semana antes fica disponível para os outros no sentido de conseguir diminuir a perda primária de consultas e exames. Esse é o módulo ambulatorial.

Temos também nesse módulo a Rede Hebe Camargo, que é feita também solicitação, mas o agendamento é centralizado de acordo com os critérios que a secretaria coloca. As unidades inscrevem os pacientes, anexam exames nesse sistema, e a partir daí a central consegue distribuir para o serviço mais adequado para o paciente ser atendido. Temos ainda o módulo de urgência e emergência, em que as consultas são solicitadas. Chegou um paciente de um município pequeno com trauma de crânio. O município entra no sistema, faz o primeiro atendimento, e solicita o recurso que precisa de urgência. A partir daí, de acordo com a grade pactuada pela secretaria, pelos serviços e municípios da região, o médico regulador da CROSS encaminha para os serviços que estão pactuados para ver qual deles tem condição de receber.

O contrato de gestão, além da manutenção do sistema, também faz a central estadual, que atende a vários municípios. Existem outros municípios com centrais próprias, que utilizam o mesmo sistema. Mas aí a regulação é feita pelos médicos reguladores desses municípios. O Município de São Paulo usa o módulo de urgência, mas existe a Central de Referência de Urgência e Emergência do Município, e são os médicos de lá que fazem a regulação. O Município de Campinas também usa, Guarulhos, Mauá. Vários municípios têm centrais próprias e utilizam o sistema CROSS. Para as pessoas sempre é a CROSS, mas não é na mesma central estadual.

A central estadual tem a regulação de urgências e urgências relativas. As urgências são os casos que precisam ser atendidos imediatamente, e urgência relativa são casos que, apesar de necessários, podem ter algum tempo, por ter alguma especificidade maior - como cardiopatia congênita, ortopedia, uma série de outras questões. Como eu disse, é importante dizer que o Seconci é contratado para fazer a gestão da operação da central e do sistema. Quem determina qual é a referência, para que unidade vai ser encaminhado, para quantos você pode encaminhar para aquele lugar

e em quais condições, é o núcleo de regulação da secretaria de Estado junto com os departamentos regionais e as secretarias municipais.

Depois se precisar nós completamos.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Muito obrigado. Passo a palavra ao deputado Cezinha de Madureira. Agradecer a presença dos jovens que estão aqui nos acompanhando na CPI das OSS. Obrigado por sua presença e interesse em participar do Legislativo de São Paulo.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - Sejam sempre muito bem-vindos a esta Casa, vocês não são o futuro do Brasil, mas a realidade do presente. Sr. Presidente, boa tarde ao senhor, e os convidados dessa tarde, Dr. Didier e também o Dr. Haruo. Boa tarde aos deputados e participantes nessa tarde.

Dr. Didier, o senhor é superintendente do Serviço Social da Construção Civil do Estado de São Paulo - Seconci, e da Central de Regulação de Ofertas de Serviços de Saúde - CROSS. O senhor é superintendente da CROSS há quanto tempo?

O SR. DIDIER ROBERTO RIBAS - Há quatro anos.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - O senhor é o superintendente da CROSS?

O SR. DIDIER ROBERTO RIBAS - Por parte do Seconci sim.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - Mas quem responde pela CROSS é o senhor?

O SR. DIDIER ROBERTO RIBAS - Sou eu.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - O senhor também é superintendente do Hospital Geral e Regional de Cotia?

O SR. DIDIER ROBERTO RIBAS - Sim. É uma superintendência com três unidades; a CROSS...

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - Vou chegar lá. O senhor é superintendente do Hospital Regional de Cotia?

O SR. DIDIER ROBERTO RIBAS - Sim.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - O senhor também é superintendente do Hospital Regional de Itapecerica da Serra?

O SR. DIDIER ROBERTO RIBAS - Sim. É como eu disse para o senhor, são três unidades e uma superintendência do Seconci. Eu sou superintendente e trabalho no Seconci. São três unidades vinculadas a essa superintendência.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - Quais são as três unidades?

O SR. DIDIER ROBERTO RIBAS - Essas três que o senhor falou; CROSS, Hospital Geral de Itapecerica da Serra e Hospital Regional de Cotia.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - Ok. Como é possível o senhor ser superintendente de três locais ao mesmo tempo?

O SR. DIDIER ROBERTO RIBAS - Então, deputado, eu não sou superintendente de três locais ao mesmo tempo. São três unidades que fazem parte de uma superintendência. Cada unidade tem um gerente executivo que trata da sua unidade. A minha superintendência coordena essas três unidades. É só isso. Não são três superintendências, é uma só, que responde por três unidades. O Seconci tem uma série de unidades que ele administra, e a forma de se organizar foi dividir em algumas superintendências para darmos uma atenção melhor às unidades todas. Eu sou superintendente do Seconci.

A CROSS e os outros dois hospitais que você falou fazem parte dessa coisa. Eu tenho pessoas que trabalham em cada hospital em período integral. Eu não trabalho no hospital, na CROSS. Eu trabalho no Seconci e vou a essas unidades, porque o Seconci

quer administrar com cuidado e próximo às unidades. Participamos para ter um acompanhamento do que as unidades estão fazendo. Mas cada unidade tem seu gerente executivo e médico, e uma estrutura que organiza o hospital.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - O senhor então é remunerado pelo Seconci, e não por essas três unidades?

O SR. DIDIER ROBERTO RIBAS - Isso, pelo Seconci, e não pelas unidades. Eu sou funcionário do Seconci, e não das unidades estaduais.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - Ok. Dr. Didier, quantos médicos trabalham hoje na OSS do CROSS, na regulação de vagas?

O SR. DIDIER ROBERTO RIBAS - Aproximadamente 150 médicos.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - Para atender todo o estado de São Paulo?

O SR. DIDIER ROBERTO RIBAS - Para a regulação de urgência e urgência relativa, porque como expliquei, o agendamento e os outros módulos são feitos só pelo sistema descentralizado. Não tem médicos regulando isso.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Só para registrar a presença do nobre deputado José Américo. Obrigado pela presença. Devolvo a palavra ao nobre deputado Cezinha de Madureira.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - Muito obrigado, presidente. O Dr. Napoli, qual a função dele hoje no CROSS?

O SR. DIDIER ROBERTO RIBAS - É gerente médico.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - Quando o senhor fala que tem 150 médicos no CROSS, se a CPI fizer uma visita agora lá no CROSS, tem 150 médicos trabalhando, ou eles são determinados por turnos diferentes?

O SR. DIDIER ROBERTO RIBAS - São por turnos. A central trabalha 24 horas por dia, então temos uma série de médicos - hoje deve ter 20 ou 30, mas à noite tem outros. Cada um tem uma jornada, são plantões de 12 ou 24, ou alguns diaristas. Mas são por turno. 150 é o total de médicos.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - Esses médicos são especialistas em cada área? Qual a patente dos médicos que trabalham lá? Como o senhor determina? Não sei se o presidente ou o Dr. Napoli que faz o trabalho. Eu já estive no CROSS, fui conhecer a estrutura. Como é dividido isso? Temos especialistas ou uma categoria de médicos que faz o trabalho para regular as vagas?

O SR. DIDIER ROBERTO RIBAS - Depende da atividade. Todos eles são especialistas; pode ter especialistas diferentes, mas não quer dizer que ele regule só dentro da especialidade dele. Quem regula a urgência tem um treinamento para regular as várias especialidades. É lógico que como temos vários médicos de plantão juntos, podem se orientar com o colega da especialidade quando for mais específico. Porém em algumas regulações, como por exemplo de cardiopatia congênita, tenho dois cardiologistas infantis que fazem a regulação de cardiopatia congênita.

Na regulação de ortopedia também, que não é da urgência, mas da relativa, também temos especialistas. Na de saúde mental são psiquiatras que fazem a regulação. Mas na urgência ele pode ser um psiquiatra, um obstetra, um cirurgião, um clínico. Todos eles têm formação especializada, mas atendem de forma... A urgência é feita... Na regulação específica são especialistas, cada um tem sua área.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - Esteve aqui nesta CPI logo no início o presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Ele deixou bem claro aqui que todo servidor público, seja ele direta ou indiretamente, através de uma OSS ou não, principalmente na área da saúde, tem que haver uma publicação no Portal da Transparência claro para nós e à população no que tange ao seu teto salarial. Queria

perguntar para o senhor, não me faça entender mal, mas por exemplo, vou usar aqui o que está mais próximo de mim na minha memória.

O Dr. Napoli, responsável hoje pelo CROSS, a regulação de vagas do Estado de São Paulo, que é um modelo bom e que não existia até um tempo atrás. Essa regulação era feita através dos hospitais. O Brasil está em pleno desenvolvimento, a cada dia nós temos nesta Casa dezenas e centenas de novas leis. Se existem as proposituras, é porque existem falhas nos sistemas e devem ser corrigidas. Muitas delas devolvidas pela inconstitucionalidade do poder do Estado em legislar e outras questões. Temos muitas falhas em nosso sistema, tanto da saúde, educação, etcetera. Por isso apresentamos tantos projetos de lei. Mas nos deparamos com as leis orgânicas, que às vezes nos impedem de fazer algumas coisas, que o Executivo não se preocupa e a população perece com isso. Nós que temos contato direto com a população, entendemos bem isso.

Ainda essa semana na Comissão de Saúde foi dito pelo deputado Milton Vieira a indignação da morte daquela criança por falta de atendimento, literalmente, como muitas outras. Isso é culpa do Executivo que não trabalha em favor 100% da nossa população. Então, eu queria perguntar para o senhor quanto um médico como o Dr. Napoli ganha hoje, e por que não está no Portal da Transparência o salário de um médico desses?

O SR. PIETRO SIDOTI - Deputado, eu tenho a função de compliance no Seconci. Se o senhor me permitir responder, acho que eu...

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - Eu fiz a pergunta e acho que posso fazer para o senhor na sequência. O senhor orienta ele se pode responder ou não.

O SR. PIETRO SIDOTI - Eu gostaria de responder a pergunta.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - Mas eu fiz a pergunta para o Dr. Didier. Se o senhor achar por bem ele não responder, tem todo o direito constitucional do seu cliente não responder.

O SR. DIDIER ROBERTO RIBAS - Veja, o Seconci é uma instituição privada, com uma relação com seus funcionários de entidade privada. Com relação ao que posso dizer para o senhor, é que o salário de todos os médicos está de acordo com o próprio

decreto do governador, dentro do teto estadual e defendendo a questão da legislação trabalhista. O Seconci está num processo de providenciar a publicação de todos os salários, que depois o Dr. Pietro pode explicar melhor, mas temos que seguir a legislação inteira, inclusive a privada, que dá direito a cada funcionário se colocar.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - Quanto ganha hoje o Dr. Napoli?

O SR. DIDIER ROBERTO RIBAS - Eu não posso falar.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - Por que o senhor não pode falar?

O SR. DIDIER ROBERTO RIBAS - Porque eu preciso da autorização dele para falar.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - Então, a população não pode saber? O Tribunal de Contas disse aqui que tem que estar no Portal da Transparecia.

O SR. PIETRO SIDOTI - Posso complementar?

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - Por favor.

O SR. PIETRO SIDOTI - Obrigado pela oportunidade. Quando recebemos o decreto, em momento algum a entidade discorda do que está escrito. Entretanto, as pessoas que trabalham... O Seconci é uma entidade qualificada como Organização Social da Saúde desde 98 para 99, e faz parte das OSS da primeira geração. Até 2017 não havia essa determinação, e o modelo foi se regulando, e depois disso com a aprovação do modelo tido constitucional pelo próprio STF preconiza que, embora administre e haja uma gestão de recursos e de uma unidade pública de saúde, que atende integralmente o sistema público, os funcionários são contratados sob regime privado.

Nós temos alguns empecilhos, porque às vezes algumas legislações andam num passo diferente da outra, e isso é um problema com relação às questões trabalhistas. Para que publiquemos o nome e o salário nominal de qualquer funcionário celetista, precisamos da autorização expressa desse funcionário.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - O que consta no contrato com relação aos salários dos funcionários? O contrato da OSS com a Secretaria da Saúde.

O SR. PIETRO SIDOTI - Eles são contratados sob regime privado. Agora existem cláusulas de que o salário tem que respeitar o teto do governador.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - Sim, mas o contrato exige que o salário de um médico desses esteja ou não no Portal da Transparência?

O SR. PIETRO SIDOTI - Exige, mas temos o seguinte problema. Se nós publicarmos sem autorização expressa desse médico ou funcionário, enfermeiro, agente de higienização, auxiliar de enfermagem, ele está no direito completo dele, como funcionário privado, demandar contra a entidade uma ação indenizatória. Ele vai ganhar e isso vai para o custeio. O que estamos colhendo...

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - Doutor, preste a atenção numa coisa. O senhor participou desse contrato? Conhece o contrato? Porque pelo que vi, acho que o senhor não está bem a par do que está no contrato.

O SR. PIETRO SIDOTI - Por quê?

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - O senhor conhece esse contrato? Por exemplo, a parte que fala sobre a disposição dos salários dos operadores do CROSS?

O SR. PIETRO SIDOTI - Eu conheço a disposição em decreto, de que os salários têm que estar disponíveis no site da entidade. Entretanto, eu tenho uma limitação de direito privado e ordem trabalhista, que se formos demandados e perdermos a indenização, esse dinheiro de indenização por perdas e danos, dano material ou exposição ao contrato desse trabalhador vai ser onerado do contrato de gestão. O que nós estamos fazendo atualmente é dar ciência ao funcionário disso, e o que concordar - e esperamos que concorde - terá seu nome publicado. Agora para mitigar essa situação, a entidade vai colocar em seu site, já estamos estruturando isso, é uma operação pesada para disponibilizar no site, o salário de referência do cargo.

Então, está lá, o enfermeiro na entidade ganha de três a cinco mil reais, supondo, sem colocar o nome se o funcionário não autorizar. Esse é o empecilho. Porque existe uma adaptação, e os contratos de trabalho foram celebrados em caráter privado. E nas disposições anteriores a 2017 não temos isso dentro do contrato de trabalho, e eu preciso da autorização expressa do funcionário.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - Então, presidente, eu gostaria de solicitar a V. Exa., não sei de que forma pode proceder, mas com o dito aqui pelo presidente do Tribunal de Contas no início desta CPI, e comparando agora o que o advogado do Seconci está dizendo aqui, acho que de imediato já está havendo um descumprimento de cláusulas contratuais, e cabe um rompimento do contrato.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Excelência, desculpa. Não está atendendo a legislação. Não é nem o contrato.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - Mas a legislação já é uma outra etapa, mais esdrúxula ainda.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Se eles não concordam com a legislação, têm que atacar a legislação. Mas até ela ser modificada ou julgada, uma ADIN por exemplo, tem que ser cumprida. Então, o senhor acaba de demonstrar que ela não está sendo cumprida.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - E confirmada pelo senhor. Pois não?

O SR. PIETRO SIDOTI - O Tribunal de Contas tem ciência, porque quando prestamos contas, os salários nominais vão para o tribunal. O que não podemos fazer nesse momento, sem que o funcionário dê autorização, e até por uma questão de problema com o erário público...

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - O senhor dá licença, deputado? O negócio é o seguinte, nós contratamos o funcionário, e as regras da minha

empresa são essas. “Para o senhor trabalhar aqui não pode ter confidencialidade do seu salário. A legislação está aqui e vamos ter que publicar lá. O senhor aceita ou não aceita?”. Coloca no contrato de trabalho e está resolvido o problema. Devolvo a palavra ao relator.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - Deixa eu lhe fazer uma pergunta, ainda sobre salário. O senhor responde por três superintendências, Dr. Didier. O senhor pode revelar o seu salário aqui hoje? Não está no Portal da Transparência. O senhor recebe pelas três superintendências ou um único salário para atender as três?

O SR. DIDIER ROBERTO RIBAS - Eu recebo pelo Seconci, um salário só.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - E o senhor pode revelar o salário do senhor?

O SR. PIETRO SIDOTI - Só esclarecendo, ele recebe pelo Seconci, não pelas unidades.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - Eu gostaria que o senhor respondesse no microfone, até para que fique registrado nas notas taquigráficas. O senhor não pode revelar aqui hoje o valor do seu salário, correto? Sim ou não?

O SR. DIDIER ROBERTO RIBAS - Sim.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - Ok. O senhor tem ciência da empresa Virtude, de um valor que foi devolvido a ela?

O SR. DIDIER ROBERTO RIBAS - Foi devolvido pelo Seconci, é isso que está falando?

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - Sim.

O SR. DIDIER ROBERTO RIBAS - A secretaria pediu através de um Termo Aditivo no contrato, para que a CROSS fizesse uma pesquisa de qualidade dos serviços

estaduais para a secretaria. Foi feito através de um contrato com essa empresa Virtude, uma pesquisa para o paciente dizer qual era a qualidade...

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - Deixa eu ver se entendi, a secretaria exigiu do Seconci?

O SR. DIDIER ROBERTO RIBAS - Fez um Termo Aditivo no contrato...

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - Para que fizesse uma pesquisa de satisfação dos usuários?

O SR. DIDIER ROBERTO RIBAS - Isso. E num determinado momento o tribunal achou que não estava dentro do escopo, e pediu a devolução do recurso. Eu só sei isso.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - Quem pediu a devolução do recurso foi o Tribunal de Contas?

O SR. DIDIER ROBERTO RIBAS - Eu não lembro se o tribunal ou a Secretaria da Fazenda, que também fiscaliza.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - Tenho em mãos aqui um contrato aditivo de 28 de fevereiro. Foi feito um aditivo no contrato da CROSS se sete milhões, 504 mil, nove reais e 26 centavos. O contrato diz que esse valor foi disposto inclusive, pelo que me consta aqui, já feito o pagamento do orçamento da Secretaria de Estado da Saúde. Fala que é para investimento. O que está sendo feito com esse aditivo tão alto no contrato da CROSS? Queria que o senhor dissesse um pouco no que está sendo usado esse dinheiro.

O SR. DIDIER ROBERTO RIBAS - A secretaria entendeu que se deve fazer uma reforma no prédio da secretaria, para que a CROSS seja transferida de onde ela funciona hoje, no Edifício Andraus, que usamos dois andares - um da secretaria e outro alugado. Ela pediu para fazer uma reforma no espaço da secretaria para mudar a CROSS, para passar a operar no prédio da secretaria.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - Pelo que está dizendo aqui, não consta que é para fazer uma reforma. Fala em investimento.

O SR. DIDIER ROBERTO RIBAS - É a reforma, entra nessa rubrica.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - E depois o senhor presta contas para a secretaria, que vai para o Tribunal de Contas aceitar ou não.

O SR. DIDIER ROBERTO RIBAS - Isso.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - Deixa eu lhe fazer uma pergunta relacionada às vagas do Estado de São Paulo. O senhor já deu mais ou menos uma explicação no início da sua apresentação, mas como dizia ontem e anteontem na Comissão de Saúde, os nossos gabinetes se tornaram um balcão de reclamações. Eu já ouvi nessa CPI pessoas dizendo que na ouvidoria da secretaria não recebia nenhuma reclamação. Acho que o pessoal está desinformado, deputado José Américo. Eu desafio qualquer deputado aqui hoje que não já recebeu em seu gabinete um pedido ou reclamação relacionado a uma cirurgia, um exame, uma fila de espera, ao remédio que não chegou, não tem. Não tem até chegarmos lá para reclamar, porque aí aparece. Então, eu desafio os deputados presentes dizerem se já chegou em seu gabinete uma reclamação.

Nós recebemos muitas reclamações e pedidos. Eu particularmente já liguei pessoalmente na CROSS, em hospital. Tenho um caso aqui que até aproveito o momento para agradecer ao deputado Bolçone. Um dia uma pessoa me liga com Síndrome de Guillain–Barré, que eu acho que em poucas horas mata a pessoa. Lá de Santa Fé do Sul, final de São Paulo. E não conseguia vaga. Eu falei, “deixa eu ligar para um amigo aqui que já foi professor ali”, e aí de repente, pessoalmente conseguimos uma vaga no Hospital de São José do Rio Preto, que salvou a vida da pessoa. Um dia, não me lembro se falei com o senhor, mas me lembro de ter falado com o Dr. Napoli no telefone.

Eu estava na cidade de Igarapava e o telefone toca. Um senhor foi internado o Hospital Municipal de Americana, não me recordo o nome da doença e o problema que ele tinha, mas o médico foi claro que se em poucas horas ele não fosse transferido para

um hospital que tivesse uma boa base para atendê-lo, viria a óbito. E foi colocado na CROSS. Mas eu não sei, acho que houve uma má informação do médico ali, porque a CROSS não conseguiu a vaga nesse estado grande do jeito que é, e também pode ser por conta da interligação que não existe e não está sendo cumprida uma lei aprovada por esta Casa, da interligação do sistema do Estado com o Município, independente da bandeira partidária. Eu não sei se houve uma falta de comunicação, porque três, quatro horas depois a bactéria entrou no coração do moço e ele veio à óbito.

Eu queria perguntar para o senhor, como é feito hoje. Vamos falar hipoteticamente aqui, a Santa Casa de São Paulo tem o sistema de regulação ligado ao município de São Paulo. Eu não tenho conhecimento, se for o contrário me corrija aqui e vou procurar saber, mas ela está na regulação da vaga do Estado. Como a CROSS busca uma vaga para um paciente, seja ele para internação ou leito, ou para um exame de urgência? Como há essa comunicação entre a Secretaria de Estado da Saúde regida pela CROSS na regulação de vagas, com os municípios que têm seus hospitais com as contas pagas pelo Município, como por exemplo Santas Casas que às vezes são diretamente ligadas ao SUS? Eu queria que o senhor me explicasse como é feito isso, e qual o critério usado para atender o que é do Estado e do Município, e no caso de São Paulo que temos aqui um hospital federal como o São Paulo?

O SR. DIDIER ROBERTO RIBAS - A Santa Casa de São Paulo, já que o senhor...

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - Estou usando ela hipoteticamente, porque existem várias outras.

O SR. DIDIER ROBERTO RIBAS - A Santa Casa de São Paulo, o Hospital de São Paulo e o Hospital das Clínicas, as duas regulações têm acesso a ele, tanto a municipal, quanto a CROSS estadual, porque são hospitais universitários de referência para o estado inteiro. Então, o pactuado pela Secretaria de Estado com a Secretaria Municipal de São Paulo e a diretoria regional da Grande São Paulo é que esses hospitais universitários, as duas regulações têm acesso a eles. Eles têm núcleos internos de regulação com médico de plantão. Vindo um caso de acordo com o que está regulado, nosso médico encaminha para lá e o médico de lá aceita ou não.

Dependendo do que for o caso, eventualmente você pode dar vaga zero ou não, mas existem critérios para isso. Mas esses três hospitais, é isso. Vaga zero é uma situação que mesmo o hospital não aceitando, pela urgência e pelo procedimento que é necessário estar vinculado diretamente ao risco de morte ou perda de função importante, o médico regulador tem a prerrogativa de dar a vaga zero e encaminhar o paciente mesmo sem o outro hospital ter aceito. A Santa Casa de São Paulo, o Hospital São Paulo e o HC são regulados pelas duas regulações. O restante, a Beneficência Portuguesa, vou dar um exemplo pela regulação municipal de São Paulo.

Se eu tenho um caso que já operou lá ou tinha alguma coisa, dentro do sistema há uma maneira de você passar para a central de regulação municipal e ela procurar vaga ou eventualmente regular para aquele lugar. Mas aí não é a central estadual que faz, ela passa pelo sistema para a central, que também utiliza o mesmo sistema.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - Hipoteticamente, vamos falar da região do Vale do Paraíba. Nós temos um hospital de base em Taubaté, e em São José dos Campos a Santa Casa. Quando vem da região de Caraguatatuba, vem um pedido para regulação de algo extremamente complexo que precisa ser urgência. Como é feita essa comunicação? O senhor está dizendo aqui que tem sistemas que não são interligados. Por exemplo, a Santa Casa de São José dos Campos especificamente, o senhor enxerga as vagas lá, ou a CROSS tem que ligar para ver se tem vaga?

O SR. DIDIER ROBERTO RIBAS - Eu não enxergo as vagas. Ela tem acesso ao sistema CROSS e eu posso encaminhar via sistema o resumo que o médico de Caraguatatuba preencheu. Depende também, regulamos de acordo com a informação que o médico de origem colocou na ficha. Ele pode atualizar, e cada vez que atualiza o sistema alerta o médico regulador. Aí você encaminha aquele caso dependendo da pactuação que a secretaria municipal com a estadual e a regional do Vale do Paraíba fizeram. Existe quem é referência para quem, e a partir dessa orientação da secretaria o médico regulador encaminha para aquele hospital.

Se a Santa Casa de São José dos Campos negou e o Hospital de Taubaté tem condições de fazer, também encaminhamos para lá e tentamos regular no final. Se for um caso que tem critério de vaga zero, o médico avaliar que o critério é vaga zero, depois de pesquisar todas as referências, ele dá vaga zero na unidade que for a primeira referência.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - Nós temos nesta Casa um projeto de lei de minha autoria, que foi aprovado, justamente preocupado com a regulação de vagas do Estado, porque repito, é um sistema que bem usado é bom. Obrigando que o Estado junte aos Municípios e entidades filantrópicas que recebem dinheiro do Estado ou do governo federal e municipal, e assim sucessivamente, se integrassem todos num só sistema. Algo que não traz um custo maior ao Estado. É só dar ao Município e ao governo federal suas responsabilidades. Nós aprovamos esse projeto, e na época o governador Geraldo Alckmin vetou. Depois ele próprio me disse que houve uma falta de informação na assessoria, e por isso foi vetado.

Os deputados Edmir, Ramalho, amigos aqui concordaram comigo em derrubar o veto desse projeto. Eu nem sei se já passou o prazo, mas é tão bom que até agora ninguém entrou com ADIN, como é de costume. Eu queria perguntar para o senhor, já me limitando, porque eu mesmo questionei os dez minutos e já fui muito além, me perdoem por isso senhores. Mas uma vez que virou lei, de que forma a superintendência do Seconci, o senhor está pensando em fazer valer essa lei aprovada da interligação dos Municípios com o Estado para todos os lugares que chegar... Se eu chegar no Hospital de Itapeva, eu enxergo a vaga que tenha em qualquer lugar, que seja público para todo mundo no Portal da Transparência, onde tem vaga para tais especialidades.

O senhor tinha conhecimento, não sei como funciona a interligação do Palácio do Governo com a CROSS, a secretaria. Como o senhor prevê que essa lei seja cumprida? E também já deixando duas perguntas para o senhor aqui. Quando o senhor está presente no Hospital de Cotia, quem responde pelo senhor, se é o superintendente de lá? A outra é, o senhor além de ser superintendente da Seconci, tem alguma empresa que presta serviço para a Seconci?

O SR. DIDIER ROBERTO RIBAS - Com relação àquela interligação, como eu disse, toda a pactuação e negociação de como é feita essa interligação é feita pela secretaria. A partir do momento que a secretaria demanda, tentamos viabilizar o que eles nos mandarem fazer. Mas não negociamos, não fazemos interligação a despeito da secretaria. É a secretaria que faz a relação com os municípios, com os serviços. Não somos nós. A CROSS no máximo, em algum momento, pode um funcionário ou outro assessorar a secretaria no sentido de saber se é possível no sistema e como vai fazer. Mas não somos nós que fazemos isso.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - Então, o senhor está dizendo que o Estado não está cumprindo com suas obrigações quando uma lei é aprovada por esta Casa?

O SR. DIDIER ROBERTO RIBAS - Não estou dizendo nada. Só estou dizendo que reajo às demandas da secretaria, só isso. Com relação a outra questão, hoje não tenho nenhum contrato de empresa minha com o Seconci, a não ser o meu vínculo de celetista.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - Quando o senhor não está no hospital de Cotia, por exemplo?

O SR. DIDIER ROBERTO RIBAS - Existe uma gerente executiva no Hospital de Cotia, gerente médico, etcetera. Tem todo o estafe do hospital. Não sou eu que respondo pelo hospital. Como eu disse, sou responsável pela superintendência que organiza esses hospitais. Eu não respondo pelo hospital. O responsável de Cotia, inclusive, é o Dr. André, gerente médico de lá. Não sou eu.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - Eu queria deixar uma reflexão para o senhor. Deixar algo para que o senhor pare para pensar. Eu particularmente vi, ouvi e acompanhei alguns casos que ouvi do médico naquele momento, que “se tivesse uma vaga no hospital X, com uma estrutura melhor, “teríamos salvo aquela vida”. Esse caso por exemplo, que aconteceu em Americana, eu ouvi do médico. “Se conseguirmos transparência para uma estrutura em três, quatro horas, salvamos a vida desse moço. Aqui eu não tenho estrutura”.

Então, queria que o senhor como pai de família, como brasileiro, refletisse sobre o trabalho que faz. Toda vez que o senhor assinar uma planilha de pagamento para um médico, um funcionário, toda vez que o senhor der ok para um ponto de que ele trabalhou no horário dele no hospital, queria que o senhor pensasse nas vidas que são tiradas, as pessoas que têm morrido por falta de um atendimento médico nesse estado, com tanto dinheiro da população que é investido na saúde. Queria que o senhor pensasse muito sobre isso.

Eu me tenho por aqui, presidente. Tenho alguns questionamentos e no decorrer da CPI assim o faremos, para não tomar tanto tempo daquilo que já foi estipulado aqui. Muito obrigado.

O SR. RAMALHO DA CONSTRUÇÃO - PSDB - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Pela ordem, nobre deputado Ramalho da Construção.

O SR. RAMALHO DA CONSTRUÇÃO - PSDB - Primeiro para cumprimentar V. Exa. pela condução dos trabalhos, os nobres colegas deputados; Cezinha, da Assembleia de Deus e da Legislativa, meu amigo experiente José Américo, o Carlos Neder. O Dr. Hauro, presidente do Seconci, o Dr. Pietro e o Dr. Didier. Mas a pergunta é mais para o Dr. Didier. Fazendo uma análise, nós vivemos num país onde infelizmente é tudo falido. A saúde é falida, todas as áreas, e é menos ruim no estado de São Paulo. Eu sou do Nordeste, do sertão da Paraíba, e as pessoas morrem por falta de tudo, porque não tem exame.

E em se tratando de São Paulo, principalmente quando os órgãos são públicos, é uma vergonha. Me deparei anos atrás e vou dar nomes, no Hospital do Tatuapé, que na lista tinha 13 médicos, e um trabalhando, dois jantando e os outros dez não sabíamos onde estávamos. O funcionário denunciava que um estava em Las Vegas, outro operando no São Luis, outros lugares, etcetera. 29 estudantes de Medicina estavam lá, com mais de 400 cirurgias para serem feitas, e não podiam ser feitas porque faltava professor. E hoje, fazendo até a pergunta do que podia melhorar para o Dr. Didier, e como também funciona lá, porque.

O Seconci conheço desde 1968, muito embora tenha sido criado em 1964 por um grupo de empresários e um representante dos trabalhadores do sindicato do qual faço parte hoje, na época pedreiro, que teve a felicidade de chegar a ministro do Tribunal Superior do Trabalho. É uma ideia fantástica. E graças ao Mário Covas, que não era médico, mas engenheiro, nosso saudoso Mário Covas, que pensava em gente, sentia cheiro de gente, teve a iniciativa e ajudei na época para que o Seconci começasse a administrar o primeiro hospital do governo, em Itapecerica da Serra.

E hoje sabemos que dos dez melhores hospitais de leito no Brasil, sete estão no estado de São Paulo. E entre os sete, os três melhores são administrados pelo Seconci, que nasceu da diretoria do sindicato, o Zé Pedro, que tem uma administração voluntária. São 11 diretores que não recebem salário e nem ajuda de custo. Eles trabalham para ajudar nisso tudo. Uma instituição que seria importante, me dirijo mais ao Haruo, convidarmos os 94 deputados desta Casa para conhecer a estrutura do Seconci, como funciona, e como é o atendimento. Como disse o nobre deputado Cezinha, no momento que as pessoas morrem porque não tem médico, e também por irresponsabilidade, porque quando o cara é público às vezes não tem quem manda, não tem comando. Ele passou num concurso público e arruma jeitinho para tudo, porque estamos no Brasil.

De repente surge uma organização social séria que administra, com pessoas sérias, e o Haruo vai falar mais para frente de toda essa estrutura. Mas para não tomar muito tempo, a pergunta que faço ao Dr. Didier é o que fazer para melhorarmos mais ainda e termos mais orgulho do Seconci? Claro que não estamos contentes nunca, sabemos que queremos sempre o melhor, transparência de tudo, saber onde é gasto o dinheiro público, mesmo porque parte desse dinheiro do Seconci com ambulatórios são os empresários que contribuem para manter. Em muitas das coisas sou até a favor que se privatize no Brasil, porque eu fui até o Hospital do Tatuapé e tive que usar de uma coisa que acho a mais vergonhosa do mundo, polícia para entrar no hospital. Um corredor polonês com mais de 30 seguranças. Em vez de ter um assistente social.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Faltou pouco para esta CPI usar a justiça ontem para entrar no hospital e conversar com o diretor.

O SR. RAMALHO DA CONSTRUÇÃO - PSDB - Pois é, uma vergonha. Eu tive que chamar a polícia para chegar até lá, porque tinha gente reclamando. Lógico, outra vergonha, porque você liga e se identifica como deputado, que é a coisa mais feia do mundo, e aí aparecem 30 viaturas. Daqui a pouco não tinha mais nenhum segurança. E eu encontro lá em cima a funcionária denunciando tudo, os 29 estudantes querendo fazer cirurgia, com 400 cirurgias para serem feitas. Uma cirurgia dessa não demora mais do que 20 minutos cada uma para fazer, mas não posso receitar antibiótico, e preciso do professor para autorizar porque não tem CRM.

E às vezes aproveitamos a experiência do médico, disso tudo. Já disse aqui que não tenho nenhuma empresa, e vemos que a maioria desses médicos de hospitais públicos, no caso aqui o Neder é médico. Esses funcionários públicos que paralelamente têm uma empresa para vender serviço para todo mundo, está na clínica dele, e o trabalhador, aquela pessoa simples e humilde, que não tem dinheiro, para onde ir, e morre. Porque ao invés de pelo menos ter um assistente social que conhece, tem 30 seguranças contratados sem nenhuma experiência para tratar as pessoas como animais.

Então, gostaria de ouvir de vossa senhoria, com sua experiência, o que poderíamos fazer para melhorar a CROSS, para que essas organizações sociais... Sabemos que nem todas são iguais, o Seconci, não estou aqui defendendo presidente, sabemos que tem um monte de tranqueiras, estão lá para tudo quanto é coisa errada.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Pílantropia.

O SR. RAMALHO DA CONSTRUÇÃO - PSDB - A verdade é essa. Mas aí na hora de contratar uma séria, tem também a história do custo, porque cada uma passa para lá. E o cara da pílantropia dá o curso mais barato... Eu sou da construção civil há 50 anos, estou com 70 de idade, se dá um custo bem mais barato para fazer pílantropia e quem paga é o povo e todos nós, porque pagamos impostos, porque o dinheiro não cai do céu. Mas queria ouvir do experiente médico e administrador o que poderíamos fazer para melhorar esses pontos levantados pelo nobre deputado Cezinha de Madureira?

O interesse da Assembleia e de todos nós é esclarecer e punir quem faz as coisas erradas, mas acho que também valorizar quem faz a coisa certa. E se possível, sugerir leis e projetos para melhorar mais ainda, porque quem ganha com isso é a população e a sociedade.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - O senhor me permite um aparte? Lei não adianta. O senhor aprovou e me ajudou a aprovar a lei da CROSS. Mas nem a empresa, o sistema que faz a regulação conhece e sabe da lei. Ou seja, o Estado não informou. Adianta aprovar lei?

O SR. RAMALHO DA CONSTRUÇÃO - PSDB - Vamos cobrar isso do Estado. Acho que a função do deputado é essa, fazer lei, mas também fiscalizar. Eu me

somo a V. Exa. para ajudar a fiscalizar e cobrar a aplicabilidade da lei. Porque senão não adianta nada fazer lei, o país está cheio de leis.

Eu visitei o Chile semana passada, fiquei três dias, aqui no nosso lado. Um canteiro de obras e nenhum mendigo na rua. E nós que somos um país rico, uma cidade como São Paulo ter mais de 20 mil moradores de rua totalmente abandonados. E às vezes ficamos até com dor de cotovelo, porque sou brasileiro, tenho orgulho de ser brasileiro, e venho no Chile, um país pequenininho, que não tem nem indústria e vive de serviços. A única indústria dali deve ser a de vinho. E não se vê um mendigo na rua. E esse país tão rico e maravilhoso, cheio de indústrias e riquezas... O Chile se tirar cobre e vinho não sei o que se fabrica. E aqui nós vivemos essa desgraça toda, inclusive nos hospitais.

Eu visitei alguns hospitais no Nordeste, e às vezes ficamos envergonhados com a nossa saúde no Brasil. Aliás, fico envergonhado com segurança pública, com educação, com a distribuição de renda desse país. Acho que o país só vai crescer um dia quando tivermos melhor distribuição de renda, porque se não consumir, se não tiver uma forma de aumentarmos a renda das pessoas para consumirem, o país não cresce e não se desenvolve. E eu posso dizer com as pequenas falhas que tem o Seconci, que tenho muito orgulho dele. Queria ouvir de V. Exa. o que poderiam fazer para melhorar um pouco mais?

E as críticas dos deputados que virão depois com certeza serão para nos ajudar e colaborar para que o Seconci, a CROSS e todos os hospitais, gostaria que todos fossem administrados pelo Seconci porque é sério e faz a coisa certa, e tirar do meio a pilantropia. Mas o que podemos fazer para melhorar mais ainda? E se por acaso tem essas dificuldades de trabalhar com seus colegas, porque não é difícil. Lá no sindicato tem médico, dentista, advogado, três raças difíceis de trabalhar.

O SR. JOSÉ AMÉRICO LULA DA SILVA - PT - Médico tirando o Neder...

O SR. RAMALHO DA CONSTRUÇÃO - PSDB - Eu não posso falar porque tenho estudo na família, estão nos filhos advogados, médicos, dentistas.

O SR. JOSÉ AMÉRICO LULA DA SILVA - PT - Mas o que podemos fazer para melhorar? E se vossa senhoria também tem essa dificuldade de trabalhar com esses profissionais. Eles arrumam atestado para fazer cirurgia, ou porque é convidado para um

congresso em Brasília, ou em Las Vegas se servindo com whisky. Mas se vossa senhoria tem essa dificuldade também na estrutura da CROSS e do Seconci.

O SR. DIDIER ROBERTO RIBAS - Com relação ao que fazer, tentamos fazer uma gestão dos hospitais, e o Seconci e todos os hospitais dele tentam fazer uma gestão de excelência, procurando atender a população do jeito mais humanizado possível. É lógico que existe uma demanda bastante grande, mas temos conseguido. Não é à toa que de todos os hospitais que o Seconci administra, são certificados pela Organização Nacional de Saúde com excelência. Além disso, o Vila Alpina tem uma certificação canadense. E o HGIS tem uma certificação internacional, um dos poucos hospitais públicos com essa certificação, porque conseguimos manter um nível de atendimento bastante...

Inclusive nas auditorias todas, o senhor falou sobre falta de médico, e na última auditoria do tribunal o próprio tribunal viu que todos os nossos médicos na escala estavam lá trabalhando e cumprindo seus horários. Com relação a fazer, tentar ter um mecanismo gerencial que possibilite manter e colocar o funcionário. O próprio contrato de gestão pedia isso quando pede que seja acompanhado o valor de mercado, e chamado médico. Muitas vezes a contratação de equipes médicas facilita a substituição, porque é realmente muito difícil levar médicos, principalmente para a periferia. Cotia não é exatamente centralizada, os médicos que precisamos no hospital não moram lá.

Então, temos que ter alguma maleabilidade, e às vezes levamos essa questão em consideração, que não é exatamente passar a administração ou quarterizar, como está sendo às vezes falando. Mas é no sentido de você ter uma forma alternativa de contratação das pessoas, para conseguir substituir e manter a assistência à população, de uma maneira decente. É lógico que todos os serviços hoje estão muito sobrecarregados. Viemos de uma crise que muita gente perdeu plano de saúde, e o serviço público está sobrecarregado. Muitas unidades estão cheias. Quando estamos regulando, a CROSS regula as vagas que o Estado e os Municípios disponibilizaram. Tanto a dor como o deputado colocou, o médico que está regulando também passa por um estresse muito grande de querer colocar, mas é impossível colocar com todos os lugares cheios.

Às vezes a pessoa que está no lugar acha que o outro lugar é melhor, mas às vezes está pior. E estamos tentando regular esse sistema. Como o senhor esteve lá, viu que ficamos o tempo inteiro procurando as vagas e tentando colocar cada caso melhor possível. A forma de se melhorar é agir seriamente em cada uma das unidades, tentar

fazer, rever os processos, porque erros acontecem. Mas de qualquer forma eles têm que ser vistos, e os processos melhorados dia a dia, procurando excelência. Quando falamos de certificação de qualidade não estou falando como um prêmio. Isso não é um prêmio, mas um método de se procurar excelência organizacional e operacional. É um método de melhorar no dia a dia, com a melhoria contínua.

Usamos esses mecanismos para tentar melhorar a gestão e fazer um serviço melhor. Tem pesquisa de satisfação dentro dos hospitais, e uma aprovação grande, porque tentamos fazer o melhor possível, e estamos tentando fazer o melhor possível. E operando uma quantidade significativa nos hospitais do Seconci. Podem comparar com qualquer coisa, vão ver que no HGIS fazemos quase 750 cirurgias por mês, em Cotia 650. Fazemos mais de mil internações, e mandamos o sistema para a secretaria, todo o faturamento do SUS com cada nome, falando da produção e qualidade. Estamos tentando fazer o melhor. E acho que o fato das organizações sociais é um avanço no sentido de ter mecanismos de gestão que possibilite darmos um serviço melhor para a população.

O SR. JOSÉ AMÉRICO LULA DA SILVA - PT - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Pela ordem, nobre deputado José Américo.

O SR. JOSÉ AMÉRICO LULA DA SILVA - PT - Gostaria de fazer algumas perguntas, caso não tenha ninguém inscrito da Comissão. Queria saudar a presença do senhor e todos os nossos queridos deputados. Dizer que gostei muito do questionamento aqui feito pelos deputados Ramalho e Cezinha de Madureira. Não sei se o Cezinha é mais da Assembleia nossa ou de Madureira, mas virou uma coisa só. O Cezinha é nosso. Sr. Presidente Edmir Chedid, nós temos uma leitura do senso comum em relação às OSS, de que existe um dinheiro muito grande - não estou falando de vocês em particular - indo para as OSS, e sem controle. Essa falta de controle nos leva a suspeitar de muita coisa, de desvios, etcetera. É a grande dúvida que tem por trás de tudo que falamos.

A saúde precisa melhorar de modo geral, e tudo isso que foi dito aqui pelo Cezinha, Ramalho e todos os outros é a total e completa verdade. E a sociedade está

investindo um dinheiro muito grande no Estado de São Paulo, no sistema das OSS, para melhorar essa saúde. Então, eu gostaria de perguntar para os senhores o seguinte, parece que a quarteirização, quando se fala do senso comum sobre os gastos e desvios, eles geralmente estão na quarteirização. Sendo sincero com o senhor, o que se diz inclusive é que na quarteirização é onde tem a remuneração adicional, já que as OSS são entidades filantrópicas e não lucrativas. É por aí que vem a remuneração de seus diretores.

Então, a minha pergunta é específica, o Hospital Geral de Cotia, que é administrado por vocês, tem muitos contratos quarteirizados? O senhor mesmo disse aqui que às vezes é necessário para colocar médico. Não estou questionando o contrato, quero saber se vocês têm muitos contratos e quais são esses contratos. D que natureza são? Servem para quê? E depois vou continuar a minha pergunta.

O SR. DIDIER ROBERTO RIBAS - Veja, apesar de vocês colocarem no senso comum como quarteirização, eu não entendo como tal. Porque não contratamos... Quando contrato uma equipe médica para obstetrícia ou clínica médica, por exemplo, não estou passando a gestão da obstetrícia, clínica médica ou pediatria para aquela equipe. É simplesmente a forma de contrata médicos. A enfermeira é do hospital, o material é do hospital, a fisioterapeuta é do hospital, a gestão é do hospital. Mas a forma de contratar médicos por equipe agiliza conseguirmos cobrir todos os plantões, como expliquei antes.

O SR. JOSÉ AMÉRICO LULA DA SILVA - PT - Mas provavelmente vocês têm contratação de empresas, por exemplo, para fazer reformas, adaptações, construções. Certamente vocês devem contratar empresas para isso. Também devem contratar serviços de limpeza. Então, são empresas que a OSS contrata para fazer o trabalho que especificamente ela não faz, e que eu acho normal. Não estou dizendo que não seja normal. Vocês têm de médicos também.

O SR. DIDIER ROBERTO RIBAS - Em geral agora temos equipe médica, limpeza é própria, alimentação própria também. Própria da CLT, do funcionário. E reformas quando eventualmente tem, dependendo do tamanho da construção, temos um...

O SR. JOSÉ AMÉRICO LULA DA SILVA - PT - Eu queria pedir se o senhor poderia oferecer para essa CPI, no prazo mais rápido possível, a lista dos contratos que o Hospital de Cotia tem sido levado a fazer com outras entidades e empresas para cumprir seu trabalho. Tudo aquilo que poderíamos chamar de quarteirização. Vocês têm a lista desses contratos. Gostaria que fornecessem cópia desses contratos.

O SR. DIDIER ROBERTO RIBAS - Todos estão no Portal da Transparência.

O SR. JOSÉ AMÉRICO LULA DA SILVA - PT - Cópia dos contratos e pagamentos para esses contratos dos últimos seis meses.

O SR. DIDIER ROBERTO RIBAS - Podemos oferecer, mas todos os contratos dos últimos seis meses estão no portal. E não teve obra nenhuma no Hospital de Cotia nos últimos seis meses.

O SR. JOSÉ AMÉRICO LULA DA SILVA - PT - O que não está no portal? Os pagamentos?

O SR. DIDIER ROBERTO RIBAS - Está o contrato no portal, e os pagamentos foram feitos de acordo com o contrato.

O SR. JOSÉ AMÉRICO LULA DA SILVA - PT - E queria saber o seguinte, como vocês compram remédios no Hospital de Cotia? Vocês seguem alguma tabela? Porque hoje para comprar uma dipirona em algum lugar, ela custa X, e de repente em outro lugar custa dez vezes mais. Hoje você tem um desalinhamento de preços no mercado. Vocês seguem alguma tabela?

O SR. DIDIER ROBERTO RIBAS - A compra de remédios nos hospitais é feita de forma centralizada pelo departamento de compras do Seconci, e é colocada numa plataforma eletrônica. Os vários fornecedores cotam e adquirimos o menor preço possível. A compra é sempre feita assim. Comprar para todos os hospitais é muito vantajoso porque você ganha em escala e consegue um preço menor do que comprar...

O SR. JOSÉ AMÉRICO LULA DA SILVA - PT - Você pode passar os documentos da compra desses remédios dos últimos seis meses? Os 20 ou 30 itens mais importantes.

O SR. DIDIER ROBERTO RIBAS - Passamos alguns, não tem problema nenhum.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Excelência, pela oportunidade. Os mais utilizados seriam os mais importantes?

O SR. JOSÉ AMÉRICO LULA DA SILVA - PT - Os mais utilizados, os mais frequentes.

O SR. DIDIER ROBERTO RIBAS - A faixa A, que tem mais recursos. Não tem problema nenhum, nós passamos.

O SR. JOSÉ AMÉRICO LULA DA SILVA - PT - E quando pedi a quarteirização e os pagamentos dos contratos, a execução financeira, do Hospital de Cotia e Itapeperica. E com relação a compra dos remédios, centralizado, porque você disse ser assim. Podemos ter isso em dez dias?

O SR. DIDIER ROBERTO RIBAS - Sim, sem problema nenhum.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Vou passar a palavra para o deputado inscrito, Carlos Neder.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Sr. Presidente, em primeiro lugar quero mais uma vez cumprimentá-lo por haver proposto esta CPI, e estar na Presidência da mesma. Estamos juntando informações que ao final serão relevantes para pensarmos inclusive o marco legal que se tem hoje no Estado e no Município, e que disciplinam a existência e o funcionamento dessas organizações sociais, que se diga, fazem gestão privada essencialmente com recursos públicos. Ou devem observar regulamentos de compras, de contratação de pessoal e observar os ditames da gestão pública.

O acórdão do Tribunal de Contas do Supremo Tribunal Federal, que V. Exa. encaminhou a todos nós, deixa muito claro que não se trata apenas de julgá-las constitucionais. Mas é preciso que sejam observados os princípios da gestão pública no que tange a moralidade e a questão da publicidade, e assim por diante. Esta CPI é muito importante. Segundo, o deputado Cezinha levantou aqui corretamente a preocupação com o que foi dito pelo Tribunal de Contas do Estado, que nos disse que havia baixado uma recomendação para que as OSS dessem total publicidade a essas informações em seus portais. Então, não bastasse a legislação e o contrato, há também uma recomendação do Tribunal de Contas do Estado.

E nós cobramos do TCE que fizesse o mesmo em relação a Secretaria de Estado da Saúde; que não cobrasse essa transparência apenas das entidades privadas, mas que também o gestor estadual fosse obrigado a isso. Desde a vinda do presidente do Tribunal de Contas do Estado, fiquei observando para saber se essa recomendação tinha sido editada ou não. O TCE está acompanhando esta sessão, presidente?

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Sim excelência, existe um representante aqui.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Então, estamos cobrando mais uma vez que o TCE nos encaminhe a recomendação que foi acordada aqui com o presidente do Tribunal de Contas, relativa a necessidade do gestor público...

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - O Dr. Moacir Pereira está conosco.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - A necessidade de que também o gestor público dê transparência a essas informações. Veja por exemplo que estamos tratando aqui de Serviço Social da Construção Civil do Estado de São Paulo. É uma organização social vinculada ao sindicato... Peço que o presidente do Seconci nos informe, é o estatuto jurídico.

O SR. HARUO ISHIKAWA - Não é vinculada a nenhum sindicato. Simplesmente o Seconci saiu de dentro do Sindicato da Construção Civil para atender

os trabalhadores da indústria da construção. Isso foi uma criação acordada com o Sindicato dos Trabalhadores há 54 anos. Inclusive a diretoria do Seconci, existe um membro do sindicato que pertence ao Sindicato dos Trabalhadores aqui de São Paulo, que é participante direto da administração e gestão dos recursos.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Portanto, é um serviço social autônomo, e não vinculado ao sindicato?

O SR. HARUO ISHIKAWA - Exatamente. Na realidade, o Serviço Social da Construção Civil foi criado justamente para ajudar o Estado no atendimento ao trabalhador. Essa era a preocupação dos empresários.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Muito bem. Então, ele foi criado há 54 anos e o deputado Ramalho da Construção corretamente lembrou que na gestão do então governador Mário Covas, em 98, quando da edição da Lei das OSS 846/1998, houve um convite para que o Seconci assumisse o Hospital de Itapecerica, por exemplo. É isso?

O SR. HARUO ISHIKAWA - Na realidade, nós fomos credenciados por sugestão, porque tínhamos uma experiência de 34 anos, apesar de que admiro todos os médicos. Mas toda a equipe do Seconci, a diretoria é composta só por engenheiros. Por isso que temos um a nível do Dr. Didier aqui, superintendente. Porque todos os nossos hospitais públicos e AMEs são administrados por médicos. O respeito ao médico é fundamental na questão da saúde. Então, somos simplesmente engenheiros. Até o pessoal brinca, “como vocês coordenam?”. Não coordenamos nada. Nós sabemos fazer a gestão.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Exatamente. Então, veja bem que encaminhado nesse sentido, o Seconci, um serviço social autônomo e não vinculado, embora tenha nascido do seio do sindicato, é chamado a se qualificar e acaba se credenciando como organização social com base na Lei 846/1998. E assume, entre outras tarefas, a gestão do Hospital de Itapecerica da Serra, por exemplo. E na medida em que boa parte do seu corpo diretivo é formada por engenheiros, o senhor inclusive, recorre a profissionais renomados. Quando fui secretário da Saúde da prefeita Luiza

Erundina, o Dr. Didier foi o diretor do Pronto Socorro Bandeirantes, se não estou enganado.

O SR. DIDIER ROBERTO RIBAS - Do Hospital Mário Degni.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Que é ali no Butantã. É um dos seis hospitais que construímos e entregamos no governo da prefeita Erundina. Além dele, também abrimos um hospital na Rua Juventus, que era da Sancil e estava quebrado.

Nós negociamos com o governo federal e trouxemos, na época o ministro era o Alceni Guerra, e abrimos um sétimo hospital, hoje denominado Ignácio Proença de Gouvêa, em homenagem ao pai do ex-secretário municipal, Dr. Fernando Proença, que tem vínculos inclusive com a OSS e o Fórum das OSS. Portanto, não estamos fazendo nenhum julgamento aqui das pessoas, estou até fazendo referência ao fato de que trabalhamos juntos - eu como secretário e ele como diretor de um hospital pela administração direta da prefeitura.

O Sr. Dr. Advogado Pietro Sidoti compõe o corpo jurídico do Seconci?

O SR. HARUO ISHIKAWA - Deputado, quando solicitei a vocês que queria colocar o Dr. Pietro aqui junto conosco, sabe que tenho uma função institucional. Sou presidente, engenheiro, e eu realmente gosto de médicos. Mas não entendo muito das questões de hospitais. Eu entendo de gestão. Eu quis trazer, e até quero homenagear o Dr. Pietro, porque ele entrou como office-boy no Seconci. E com a labuta dele se formou advogado, e hoje é gerente jurídico do Seconci. Mas é uma criação do Seconci. Esse menino aqui sabe tudo sobre o Seconci, então é importante que ele me acompanhe em todos os locais. Ele entende muito bem do Seconci, por isso trouxe. Me desculpe pela solicitação ao presidente, mas foi nesse sentido.

Essa semana, só para homenagear, temos bastante funcionários, e damos placas para 32 funcionários com 30 anos de CLT no Seconci. A médica mais antiga tem 44 anos com CLT do Seconci. Isso me orgulha. A minha função como presidente é fazer esse papel. Obrigado.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Muito bem, estou vendo que o senhor está animando para participar. Nós também fazemos uma homenagem a essa iniciativa de vocês, de prestigiarem os pratos da casa. Temos um certo cuidado com assessores

jurídicos, porque recentemente passamos por uma situação aqui em que uma servidora da Secretaria de Estado da Saúde, da direção da secretaria, assistente técnico dois do gabinete do secretário interrompeu uma oitiva. E depois quando fomos levantar o currículo da mesma, ela trabalha num consultório de advocacia e a expertise dela é a contratação de OSS. Então, vejam só, essa advogada está no gabinete do secretário - que por sua vez veio de uma OSS, a Famesp, que ainda vamos nos debruçar em sua trajetória - e se achou no direito de interromper. Espero que em breve possamos ouvi-la, porque estamos aguardando tão logo resolvamos o problema dos pedidos de vistas. Ela será importante.

Aqui ele é apresentado como sendo do corpo jurídico, e participa também da compliance do Seconci. Por que exatamente chamou a atenção para essa questão da compliance?

O SR. HARUO ISHIKAWA - Na realidade, o Seconci é uma entidade particular, mas administramos hospitais públicos. Estamos vendo a sociedade brasileira sofrer muito com essa questão de ética e corrupção. A diretoria do Seconci quer mostrar à sociedade que nossa preocupação é bastante focada em ética, a transparência e anticorrupção. Nós focamos nisso, e treinamos quase todos os nossos colaboradores internos para mostrar... Vou pedir ao Pietro, porque ele coordena esse departamento. A satisfação dos nossos colaboradores estarem cientes da maneira que administramos. Por isso quero dizer a vocês, queremos falar bem do Seconci, mas tenho orgulho de ser.

Sou voluntário, não sou remunerado, não tenho salário nenhum, e tenho muita satisfação por trabalhar numa entidade como essa. Eu tenho obrigação de administrar um hospital público, uma AME pública do Estado, e fazer bem para a sociedade. Isso é fundamental. Esse é o papel que nós fizemos. O Dr. Pietro pode comentar algumas coisinhas, da maneira como fizemos... Eu acompanho o Sr. Neder desde a época que era secretário da Erundina e sei muito bem. Nós montamos esse time dos hospitais e das AMEs de São Paulo. Nós temos uma equipe de superintendentes que dou cheque branco para eles. Sabem muito bem a maneira como costumamos trabalhar, a transparência que trabalhamos.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Muito bem, nós já levantamos isso. Os três comitês que ele propôs e criou, um voltado para a questão de pessoal, outro, finanças e outro nas auditorias. É importante, porque como vocês estão lidando com

recursos públicos, queremos que eles sejam bem utilizados, sobretudo naquilo que é fundamental e razão de ser do contrato, o atendimento à saúde da população, sem que haja qualquer tipo de desvio de finalidades ou uso desses recursos. Veja que vocês, pelos dados trazidos aqui pelo Tribunal de Contas do Estado, ficaram com cinco bilhões nesse período dos últimos cinco anos, só com os contratos com a Secretaria de Estado da Saúde - sem contar os contratos com o Município de São Paulo e outros.

Isso nos obriga, dentro dessa lógica da curva ABC, a ter um olhar especial em todos, evidentemente, mas em particular para a SPDM, em segundo lugar para o Seconci, que fica com 20%, e em terceiro a Famesp, com 12% da repartição desse bolo. E com toda essa estrutura montada, é de se supor que vocês tenham um bom controle, a exemplo do que foi pedido aqui pelo deputado José Américo em relação aos contratos firmados. Isso nós pedimos para a SPDM ontem, no Hospital de Pedreira, e volta a ser pedido aqui. Que vocês nos ofereçam a informação da relação das empresas contratadas, e usando a curva ABC, o contrato propriamente dito daquelas que representam de 60 a 70% dos gastos nos itens elencados.

Entretanto, vejam para o que queremos chamar a atenção. Seis empresas funcionando numa mesma sala de 15 metros quadrados. Isso nos foi trazido aqui pelo Sr. Mauri Bezerra, do Conselho Estadual de Saúde, que representa o conselho na Comissão de Avaliação dos Contratos de Gestão. E não apenas trouxe uma denúncia em geral, como também informações objetivas entregues aos membros da CPI. Exemplo, a empresa GPN Med Clinica Medica Limitada, foi aberta como empresa no dia nove de março. Entretanto, o contrato firmado com vocês foi no dia primeiro. Ela foi criada oito dias depois de ter firmado o contrato com vocês. Esse contrato fala que ela se situa na Rua Jorge Caixe, 397, sala 3, Jardim Nomura.

Nós temos uma outra empresa, a NC Care Serviços Médicos Limitados, instalada no mesmo endereço, com contrato firmado em primeiro de julho de 2011. Uma outra empresa, a Ortec - Ortopedia Especializada de Cotia Limitada, mesmo endereço. Olha que simpatia, uma empresa chamada Alfa e a outra chamada Beta. Que falta de criatividade, não é? Tem a Alfa Assistência Médica SS Limitada nesse endereço, e depois vem a Beta. Não sei se tem a Gama e outras...

O SR. JOSÉ AMÉRICO LULA DA SILVA - PT - No mesmo endereço?

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - No mesmo endereço, deputado Zé Américo.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - Deputado Neder, quem assina esse contrato?

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - O que acontece? Esses contratos estão todos referenciados numa sala de 15 metros quadrados. Em algum momento vocês fizeram uma visita in loco para ver quem são essas empresas, se eventualmente há profissionais vinculados ao Governo do Estado ou a secretarias municipais, cujo estatuto veda manter qualquer tipo de relação contratual com o poder público compondo o corpo de sócios dessas empresas?

O SR. JOSÉ AMÉRICO LULA DA SILVA - PT - Ou da própria OSS.

O SR. HARUO ISHIKAWA - Deputado, eu posso dizer que não tenho informação sobre esses contratos. Posso passar para o Dr. Pietro analisar. Ou se tem algum fundamento, pegar esse contrato e trazer todos os documentos. Inclusive, qualquer item solicitado será fornecido. Não tem problema nenhum. Eu não sei se o Dr. Pietro pode falar, mas eu realmente desconheço. Todos os contratos do Seconci, temos sete assinaturas, e eu sou o último que assina. Existe todo um corpo diretivo que assina, desde a unidade local até a minha assinatura. Então, todos são repassados. Eu repasso em confiança a todos os seis. Eu queria que o Dr. Pietro explicasse, porque ele tem entendimento sobre esses contratos.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - Vai ter muito trabalho o Dr. Pietro.

O SR. JOSÉ AMÉRICO LULA DA SILVA - PT - O Dr. Didier assina todos esses contratos aqui, desses 15 metros quadrados. Tem empresa Alfa e Beta... Quando pedirmos os contratos, vamos fazer visitas nesses lugares.

O SR. PIETRO SIDOTI - Deputado, se me permite. Primeiro, vou fazer uma rápida explanação com relação ao modelo de compliance do Seconci, e acho que é para

isso que estou aqui. Até mesmo por conta do decreto, acho que talvez eu não tenha me feito entender anteriormente, sobre essa questão da transparência e a necessidade que todos nós sabemos, de quem administra recurso público, e deter controles rígidos, nós montamos um departamento de compliance com controles. Na verdade, antes disso já tinha um manual de compras e contratação e ele sempre foi seguido. Esses contratos, como todos os outros contratos, são fiscalizados pela Secretaria da Fazenda do Estado, que vai in loco verificar. A Secretaria da Saúde faz os seus controles de metas assistenciais, e o próprio Tribunal de Contas. Então, para nós não é nenhum problema fornecer esses dados, porque já foram fornecidos no passado para o próprio Tribunal de Contas e para a Fazenda. Eles fazem a visita in loco, ambos os órgãos, e propõem melhorias os discutem questões para a secretaria.

Rapidamente falando, o modelo de compliance do Seconci tem esses comitês e também o código de conduta. Quando o presidente Haruo falou que esse código de conduta foi aprovado e passado a todos os funcionários, temos uma plataforma eletrônica que também podemos disponibilizar depois. Esse manual que o deputado tem em mãos é disponibilizado eletronicamente, por uma senha individual.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - O senhor me permite, deputado? Acho que o nobre Dr. Pietro não está respondendo à pergunta que o senhor fez.

O SR. PIETRO SIDOTI - Vou responder, mas está dentro do contexto, se o senhor me permitir...

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - Quantos contratos em quantos metros quadrados, deputado Neder?

O SR. JOSÉ AMÉRICO LULA DA SILVA - PT - São 15 metros quadrados com várias empresas atendendo vocês.

O SR. PIETRO SIDOTI - Dito isso, todos os funcionários sabem e pertencem ao código de conduta.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - Acho que a DCR Médicos é lá também.

O SR. PIETRO SIDOTI - Com relação a essas empresas, acho importante explicarmos. O Seconci contrata equipes médicas, e acho que o Dr. Didier explicou, porque é a melhor forma de atender a população sem que haja descontinuidade dos atendimentos médicos. O médico hoje que falta, se ele não é repostado, a empresa é descontada. Então, não existe essa questão do atestado médico para dar plantão em outro lugar. Potencialmente existiria, se não fosse esse vínculo. Esses médicos é que decidem a forma de contratar. O que acontece é que depois da constituição de 88, esses médicos foram considerados profissionais liberais e passaram a se associar a equipes médicas grandes. Não são equipes de um ou dois funcionários, mas médicos qualificados que se unem e por interesses convergentes resolvem trabalhar assim.

Por que essas equipes... Eu não sou advogado dessas equipes médicas, mas a forma de contratação delas, que são registradas no próprio CRM com esses endereços, e nos órgãos de registro competentes, mas por que elas eventualmente estão no mesmo endereço? Porque a prestação dos serviços que essas equipes médicas fazem se dão nos hospitais, e não só nos do Seconci. No hospital do Seconci, de outra entidade, em hospitais privados. Então, não há, em tese, uma obrigação delas...

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Pela ordem, deputado Neder.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - A função é explicar, e não tergiversar. Afinal de contas, o seu papel é fiscalizar os contratos, que são extremamente vagos? E veja por que estamos perguntando aqui. Nós trouxemos aqui a Coordenadoria de Contratos de Gestão, a Dra. Eliana Radesca, que fez toda uma exposição técnica. Uma semana depois ela saiu do cargo por razões que estamos acompanhando.

Observamos que eles não faziam um acompanhamento objetivo do conteúdo do escopo, e os contratos são vagos. Tanto que mesmo que ela tivesse essa intenção, não conseguiria fazer esse acompanhamento, tão pouco a Comissão de Avaliação dos Contratos de Gestão, prevista na Lei 846, que tem dois membros representando a Assembleia. Até recentemente o deputado Gil Lancaster e eu, que fomos obrigados a

sair agora por determinação da Justiça Eleitoral, pela proximidade com as eleições. O que nós observamos é que o corpo de trabalhadores técnicos subordinados à coordenadoria, na prática, tem acesso às informações. Isso aqui é uma simples amostragem, não é o universo todo. E o que estamos observando é que se pegarmos todas as OSS, essa situação se reproduz.

Inclusive começamos a sessão hoje falando dessa matéria investigativa e meritória feita pela Rede Brasil Atual, mostrando que se tonos nós quisermos investigar, inclusive a imprensa, vamos chegar a dezenas de situações como essa em cada uma das OSS. Então, não queremos culpabilizar vocês, mas entender como vocês exercem de fato um controle, que não seja meramente formal, de que está na internet, que a pessoa vai lá e se inscreve, e portanto, sabemos quem elas são. Vou dizer ao senhor, nós estamos chegando em empresas cuja sede é um terreno baldio.

O SR. PIETRO SIDOTI - Com relação a sede e a relação societária da empresa, ela se inscreve no próprio Conselho Regional de Medicina. E o local onde elas prestam serviços não é nesse. Então, em tese, por questões societárias, não haveria necessidade de elas terem uma clínica ou uma grande estrutura onde estejam inscritas. Todas as prestações de serviços de todas as equipes médicas em nossas unidades, são fiscalizadas e garantidas com medições objetivas. Todas, sem exceção. Respondendo a segunda pergunta, se o médico tem algum vínculo com o poder público, essa é uma questão entre ele e o poder público a se resolver.

O que nós contratamos é a equipe médica, que tem cem, 200 médicos. O que exigimos é que esses médicos estejam trabalhando dentro do hospital, no horário exigido e de acordo com o contrato celebrado com a equipe médica.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Pela ordem, nobre deputado Neder.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Vossa Excelência havia feito um comentário bastante pertinente, de que nós temos uma legislação e mecanismos formais que podem estar contidos num contrato de gestão, em que fique claramente explicitados

os requisitos. Porque quando uma entidade é credenciada e qualificada como organização social, tem que atender a pelo menos cinco requisitos; um deles é a expertise. De onde vem a expertise do Seconci, um serviço social autônomo, quando em 98 recebeu do governador Mário Covas o direito de fazer a gestão do Hospital de Itapeverica? O que pode ser dito é que naquela época não havia ainda o julgamento do Supremo Tribunal Federal e a necessidade de um processo seletivo transparente, que explicasse por que seria contratado o Seconci, e não a SPDM, por exemplo.

Só que desde o julgamento feito no STF, já não há mais essa liberdade do gestor público de fazer a escolha de sua OSS, e não da minha OSS. Há a necessidade de critérios objetivos, que não temos.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - O senhor me concede um aparte? Acho que pelo que estou vendo aqui presidente, é de grande valia esta CPI fazer um convite ou convocação ao Dr. Pietro, para dar mais esclarecimentos para esta CPI, inclusive sobre esses 15 metros quadrados com esse tanto de contrato. Proponho isso.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Sr. Presidente, veja que nós avançamos também para a necessidade, e já havíamos dito aqui que não é uma primazia da OSS trabalhar com contrato de gestão com definição de metas, e fazer o aporte do recurso mediante cumprimento de metas. Essa metodologia pode ser adotada por diferentes formas de gestão; a OSS é apenas uma delas. Também administração pública indireta pode fazer isso, e outras modalidades - fundações, etcetera. Então, estamos percebendo a fragilidade do contrato, e estamos falando de bilhões de reais destinados às organizações sociais.

Eu não vou me estender, mas gostaria de chamar a atenção pelo menos para alguns aspectos. Primeiro, é fundamental que vocês recebam o documento trazido aqui pelo presidente do Tribunal de Contas do Estado. Olha como nossa CPI é ágil, e o presidente é mais ainda. Isso não foi combinado. Vocês vão ver que existem seis páginas, até a 31, de irregularidades observadas em relação às organizações sociais, desde taxa de administração, remuneração de dirigentes, até a fragilidade dos mecanismos de controle, inclusive da prestação de serviços pelos profissionais - entre eles, a minha categoria dos médicos.

Mas não só. Então, vale a pena uma análise para saber em quais desses itens eventualmente o Seconci se insere. Também trouxemos aqui informações de auditoria

feita pelo Tribunal de Contas do Estado. Por exemplo, o que está dito em relação a Itapecerica da Serra? Dr. Didier. O valor do contrato é de dez milhões e 298 mil por mês. O valor dos contratos quarteirizados é de três milhões, 361 mil e 485 reais por mês. Esses contratos são da área de serviços médicos. Aí vem fiscalização ordenada pelo Tribunal de Contas do Estado, em março de 2018. Controle de frequência é manual, porém não há menção ao horário de chegada e saída dos médicos, e nem suas assinaturas. A escala da jornada de trabalho dos médicos não estava em local acessível ao público. Ora, uma empresa que funciona junto com outros cinco ou mais numa mesma sala de 15 metros quadrados, que em tese conta com um corpo médico adequado para que seja contratado nas várias especialistas pelo Hospital de Itapecerica, que o Tribunal de Contas diz que não há um controle efetivo da contraprestação de serviços.

Nós nos sentimos pelo menos inseguros quanto a idoneidade dessas empresas. E não há que se eximir de responsabilidade dizendo que cabe à Secretaria de Estado da Saúde analisar se há ou não servidores públicos compondo o corpo diretivo dessas empresas. Hoje em dia com a internet é muito fácil, basta você fazer uma análise comparativa da lista de servidores estaduais de saúde com os membros. E nós já identificamos, como vamos ver no depoimento que virá em seguida, a empresa que será ouvida tem pelo menos quatro profissionais da Secretaria de Estado da Saúde compondo seu corpo diretivo.

Ora, se podemos levantar isso aqui, a própria OSS não poderia fazer? “Isso não é problema nosso, é problema da Secretaria de Estado da Saúde”? Ora, mas o dinheiro é público, a gestão é delegada, os princípios estão definidos no acórdão do STF. É dinheiro dos impostos e das contribuições sociais. Não vou nem entrar no mérito da questão dos médicos, porque vocês podem ver nesse documento que foi recebido aqui. No Município de São Paulo vocês mantêm contratos com a região de Ermelino Matarazzo, firmado em 29 de março de 2016, e na região da Penha de França, em 25 de abril. Entretanto, diferentemente das demais OSS, nós não conseguimos obter os valores efetivamente contratados, tanto em Ermelino como na região da Penha.

Como fiquei incumbido de fazer a sub-relatoria da capital, peço a vocês...

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Excelência, mas não está no Portal da Transparência?

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Eu não sei, Sr. Presidente. Pode ser que eu esteja com uma informação defasada, mas o que posso dizer a V. Exa. é que de todos os equipamentos, os dois únicos que não obtive a informação são referentes ao Seconci. Por exemplo, vamos citar aqui a SPDM na Mooca Aricanduva, de 25 de fevereiro o contrato, num valor de 33 milhões e 746 mil. Entretanto, quando chegamos no Seconci, Ermelino Matarazzo, contrato firmado em 29 de março de 2016, consta sem informação do valor. Quando chega na Penha, 25 de abril de 2016, consta como sem informação. Pode ser que a informação que eu tenha aqui seja incorreta, mas é preciso que saibamos quanto efetivamente o Seconci está recebendo no contrato com a prefeitura, que é disciplinado por uma lei municipal de 2006 - que não se confunde com a de 98.

E por que estou levantando isso? Porque vamos avançar para a análise dos contratos no Município, e gostaríamos de saber de vocês. Quando comparam a legislação estadual e municipal, e têm experiência em ambos os contratos - o de gestão com o Governo do Estado e com o Município de São Paulo - onde vocês veem vantagens e desvantagens? Porque na gestão do prefeito Fernando Haddad houve todo um esforço para redefinir os contratos de gestão, para que fossem menos vagos do que são. E nós estamos vendo que mesmo com as mudanças feitas no governo do Fernando Haddad, e isso vai ficar evidente quando ouvirmos os gestores em âmbito municipal, mas a vinda do presidente do Tribunal de Contas do Município e do conselheiro Mauricio Faria já foram suficientes para dizer que não foi suficiente transitar de convênio para contrato de gestão, e não foi suficiente aprimorar o contrato de gestão.

Hoje o contrato de gestão do Município de São Paulo continua totalmente fora de controle. Quem falou isso? A direção do Tribunal de Contas do Município. E olha que houve mudanças no contrato de gestão municipal. Então, pergunto, vocês que têm relação com ambas as secretarias conseguem perceber que o marco legal em âmbito municipal ou estadual tem diferenças que deveriam ser consideradas por esta CPI?

O SR. PIETRO SIDOTI - O senhor me permite responde? Não vou tergiversar, só fazer algumas considerações. O controle manual que o Tribunal de Contas diz, e já explicamos essa visita coordenada, é manual e feito por funcionários da nossa confiança, para garantir que o médico esteja presente. Então, não é um controle manual do médico, mas da entidade para garantir que o médico esteja presente trabalhando. Tanto que quando eles foram lá, verificaram isso e os médicos estavam lá trabalhando, os postos estavam ocupados. Se é necessário melhorar alguma coisa, até por conta do

sistema de compliance, a entidade está em perfeito sintonia com o que a CPI está colocando.

Com relação entre a diferença entre Estado e Município, acho que nossa expertise está em... Primeiro que o modelo é constantemente melhorado e avaliado. Sim, no Município houve uma mudança na metodologia de controle de metas e resultados, o Tribunal de Contas também conversou com a própria Secretaria Municipal da Saúde para que fosse feito isso, e a metodologia é um pouco diferente. E a entidade, dentro das diferenças, procura naquilo que lhe cabe, porque a gestão da política pública é na verdade das secretarias, do Estado, e não nossa, mas procuramos sugerir melhorias, que vêm sendo implementadas.

A questão do controle das equipes médicas, das 15 equipes no metro quadrado, eu concordo com o senhor que para quem olha de fora pode ser perfeitamente estranho. Mas é o endereço para fins societários, porque essas empresas na verdade trabalham diluídas em hospitais. E nesses hospitais, não podem ter o endereço da empresa, porque senão caracterizaria uma unidade autônoma dentro dessa entidade. E aí sim haveria uma quarteirização.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Deixa eu só dialogar um pouco com o senhor. Vamos supor que esse endereço fosse o apartamento de um dos sócios, vamos supor que seja o domicílio de um dos sócios. Ainda assim seria razoável?

O SR. PIETRO SIDOTI - Por questões societárias, eles dão esse endereço no Conselho Regional de Medicina, e isso é permitido pelo órgão de controle deles. Não há juridicamente, estou fazendo uma análise superficial, nenhuma ilegalidade nisso, desde que essa equipe tenha os cem profissionais que ela diz ter. Porque eles não vão ficar alojados no endereço, são profissionais que trabalham nos hospitais.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Sim, isso é razoável.

O SR. JOSÉ AMÉRICO LULA DA SILVA - PT - E como que a empresa controla o trabalho?

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - Sr. Presidente, pela ordem. Estou incomodado com isso, deputado Neder. Com todo o respeito ao advogado, ao presidente

e superintendente, mas estou incomodado. Porque fizemos aqui nos trabalhos convite, convocação para os senhores, e estamos interrogando o advogado. É compliance, nos deu uma aula de direito trabalhista. Estou incomodado com isso. Nós fizemos convite ao presidente. Com todo o respeito doutor, você estudou e trabalha para isso. Mas acho que quem deveria responder as perguntas aqui é o presidente, e o senhor orienta ou não se ele fala sim ou não. Estou incomodado.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Vossa Excelência observou bem, mas no início foi feita uma preliminar se o aceitaríamos compondo a Mesa. Mas acho que realmente precisamos equilibrar um pouco mais a resposta.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Posso sugerir, excelência? Cuidadosamente ele pergunta, “posso responder?”. O advogado tem feito isso o tempo todo. É só os senhores falarem, “não, quero que o fulano responda”, e aí o advogado pode orientar, falar, chamar. É o que acontece normalmente.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Vossa Excelência inclusive poderia nos ajudar a coordenar isso, para que a Mesa siga o caminho correto. Apenas uma observação e uma pergunta, para finalizar. A observação é que nós já havíamos observado aqui a necessidade de solicitar os relatórios de vistoria e auditoria feitos pelo Conselho Regional de Medicina. Entretanto, a responsabilidade que está sendo jogada sobre a diretoria nos obriga a chamar o presidente do conselho. Então, gostaria que V. Exa. analisasse essa possibilidade, com a concordância dos demais membros da CPI.

Por fim, gostaria de chamar a atenção para um aspecto. O deputado Cezinha de Madureira ficou incumbido da questão da sub-relatoria que envolve a CROSS, e fez várias perguntas importantes sobre a organização, o funcionamento e certas dúvidas - fazendo referência inclusive ao projeto de lei de iniciativa dele. Essa semana o secretário de Estado da Saúde esteve aqui, o Dr. Zago, e falou que está pensando em mudanças, inclusive no modelo da regulação, inclusive com seu caráter de regionalização, havendo uma descentralização maior e assim por diante.

A pergunta é muito simples ao Seconci, se ele se sente confortável, diante de tantas queixas feitas aqui, em nossos mandatos, às pessoas que aqui vieram, de ao mesmo tempo coordenar um sistema em que ele é parte - ou seja, o sistema CROSS é coordenado pelo Seconci, que se utiliza do sistema para fazer sua própria regulação,

suas referências e contra-referências. Qual é o grau de transparência que temos hoje da fila de pessoas que estão aguardando diferentes procedimentos, e se eventualmente não está havendo nenhum tipo de favorecimento a uma OSS em detrimento de outras, ou do modelo da OSS em detrimento da administração direta, ou daquela parte que foi dita aqui pelo Dr. Didier, de responsabilidade dos municípios, em seus sistemas de regulação próprios. O que nós observamos é que nunca foi tão grande a demanda dos nossos mandatos pedindo um jeitinho brasileiro, um jeitinho dos deputados para passar ao largo da fila, encontrar uma maneira da pessoa não esperar três, dez dias.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - Três anos.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Ou mais. Isso não é obrigação nossa. Então, alguma coisa não está certa. Essa pergunta é para saber se o Seconci se sente confortável em fazer a gestão da CROSS, que no meu entender como ex-secretário, deveria ser de responsabilidade da Secretaria de Estado da Saúde e não delegada a uma entidade privada, o Seconci - essa é a minha posição, mas não sou o secretário e não temos ingerência sobre esse assunto. E vocês participam do sistema que vocês próprios gerenciam, por delegação da Secretaria de Estado da Saúde.

O SR. DIDIER ROBERTO RIBAS - Só sobre essa questão em especial. Não gerenciamos o sistema de referência e contra-referência, ou de regulação. Nós operacionalizamos o que o núcleo de regulação, que é quem gerencia da secretaria junto com os departamentos regionais e as secretarias municipais determinam. Nós não gerenciamos as vagas ou quem faz, onde tem ou não, e quem é referência para quem. Inclusive parte dos nossos hospitais estão na capital de São Paulo, o Vila Alpina, e são regulados pela secretaria municipal, e não por nós. Então, não gerenciamos o sistema, mas operacionalizamos a coisa. Contratamos gente.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Dr. Didier, mas a ordem de prioridade... Vamos supor, as vagas são definidas pelo gestor, e há inclusive aquele sistema do bolsão. É uma semana antes. Minha pergunta é simples, pode ser que a sua resposta seja “fique tranquilo porque não há favorecimento”. A questão é saber, se definidas as vagas e os critérios dados, qual é a garantia que temos do ponto de vista da transparência, que essas vagas estão sendo disponibilizadas igualmente para todos?

O SR. DIDIER ROBERTO RIBAS - Nós não disponibilizamos vagas. Quem disponibiliza é a regional, não nós. Pode ficar tranquilo, porque não tem interferência do Seconci se para quem vai a vaga. O que vai no bolsão ou na grade é feito diretamente no sistema pela secretaria, não somos nós que fazemos.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Então, acho que valeria a pena então deixar um pouquinho mais claro o fluxograma.

O SR. DIDIER ROBERTO RIBAS - Do módulo ambulatorial?

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Para o cidadão comum, como funciona isso? Por favor.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Posso complementar, excelência? Estava aqui pensando o que seria favorecimento, é encaminhar um paciente para um hospital para fazer uma cirurgia, que tem que disponibilizar tantas vagas conforme a secretaria determinou? É a CROSS mandar para o hospital ou não mandar? O que é o favorecimento? Talvez seja não encaminhar para aquele hospital, para que não tenha custo, e principalmente na vaga zero. É isso, Dr. Neder? O senhor tem o paciente lá e a vaga zero, “vou mandar para aquele hospital e se vira, o filho é seu a partir de agora”. É mais ou menos isso que entendemos que o senhor nos explicou.

Como fica isso? Para quem manda? Porque aí é um custo a mais para quem administra aquele hospital e vai fazer a cirurgia. Estou certo ou estou errado?

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - É exatamente por isso que pedi, e como estamos sendo acompanhados aqui pela TV Assembleia, todo o estado está nos acompanhando. Então, é importante que de maneira didática, o Dr. Didier e o presidente do Seconci, nos informem qual é o procedimento.

O SR. HARUO ISHIKAWA - Só para responder o deputado, se você se sente confortável, não é? Doutor, eu me sinto muito confortável, porque para entender a questão da regulação da CROSS, temos que entender, porque é meio complexo mesmo. Nós não somos médicos, somos engenheiros. Mas eu me sinto tão confortável com essa

gestão, da maneira que o Dr. Didier administra e faz a gestão, porque nossa preocupação... Eu queria que todos ouvissem de nós aqui, a nossa gestão tem que ser de excelência. Quando começamos a OSS em 98, tínhamos 34 anos de experiência de engenheiros cuidando da saúde do trabalhador da construção civil, aquele trabalhador da labuta que realmente não sabia ir num dentista para fazer um tratamento.

O grande esforço que o Seconci tem colocado é que a parte bucal, um item caro hoje na sociedade, os trabalhadores da construção civil toda a parte dentária é gratuita. Essa é a maior satisfação. Eu sinto orgulho disso aí. E quando começamos a fazer OSS há mais de 20 anos, quero dizer que a política do Seconci, queria que vocês visitassem porque tenho muita satisfação... Eu como presidente, sou engenheiro e visito o Hospital de Cotia, Itapeverica que fez 19 anos de aniversário, e gosto de ir na UTI. Sou um engenheiro e gosto de cimento e concreto, mas gosto de ir nos hospitais ver essa dedicação dos médicos. Por isso que eu valorizo demais os médicos.

Então, nenhuma unidade nossa... Todo gestor lá de cima, todos são médicos. Esses caras entendem questões da gestão pública e da administração. Queria que todos que estão presentes, convido todos os deputados para irem em todos os hospitais. Eu tenho orgulho de visitar os nossos hospitais. Quando o Ramalho comentou para mim, é porque ele sabe que tem um diretor dentro do sindicato, dentro do Seconci fiscalizando isso. Queria só fazer esse testemunho e parabenizar a CPI. Não é todo mundo igual o Seconci, tenho certeza. Não vou criticar nenhuma organização social, mas consigo enxergar o meu umbigo, e nossa idoneidade.

Dr. Neder, o senhor é médico e o acompanhamento há muito tempo. Eu não sou político partidário, mas sou sindical. E eu tenho uma relação muito boa porque fazem 16 anos que negócio a convenção coletiva do Estado de São Paulo, com todas as centrais - CUT, Força Sindical. Eu tenho uma satisfação muito grande de dizer isso. Estou muito feliz de vir aqui numa CPI, porque acho que o brasileiro tem que melhorar a saúde. Eu tenho um orgulho do Estado de São Paulo, porque a saúde aqui é melhor que dos outros estados. Sou convidado a ir pelo Brasil todo e mostrar o modelo do Seconci. A OSS veio de reboque, e nós não fugimos do pau, como se diz na gíria. Assumimos com responsabilidade e tocamos o barco.

Então, queria parabenizar vocês deputados, e dizer que o Seconci está aberto a todo momento. Todos os itens que vocês pediram, peçam mesmo. Nós temos a obrigação de passar para vocês todas as informações. Acabando a CPI, continuem verificando o Seconci e vão lá, vejam o que fazemos. É um orgulho para mim e toda a

diretoria. Nós temos orgulho de todos os nossos funcionários. Era isso que queria dizer ao final, e parabenizar vocês. Acho que tem que fiscalizar mesmo. Desculpe minha fala, muito obrigado.

O SR. DIDIER ROBERTO RIBAS - Vou me falar do fluxo que o deputado pediu. Na parte ambulatorial o núcleo de regulação da secretaria, mais a regional de saúde e as secretarias municipais vão em cada região e pactuam para cada unidade estadual que tem lá, para quem ela será referência. E a secretaria pactua com os AMEs que são de OSS das mais variadas ou próprios, o ambulatório do Mandaqui, que fosse desse tipo próprio ou da Unicamp, de outros, quantas vagas eles vão disponibilizar. A partir disso a secretaria passa para a CROSS esse número de vagas.

Fazemos um treinamento em cada unidade, e a própria unidade, o próprio AME, Unicamp ou Hospital Regional de Ribeirão Preto produzem e colocam a agenda deles no sistema. Ele disponibiliza as vagas com horários no sistema para cada especialidade. A regional da secretaria entra no sistema com uma senha que eles têm, porque a nossa nem faz isso, e faz a distribuição das grades. Ela pega aquelas cem vagas que colocou de ortopedia e distribui para o município tal, de acordo com a população ou o critério da secretaria. “Para o Município tal vão 20 vagas, para o outro 15”. O Município ainda tem a condição de pegar essas vagas e falar, “eu agendo centralmente ou distribuo para minha UBS”. E a própria UBS vai agendar.

A partir de feito esse agendamento, agora eles produzem as agendas de agosto, porque as de julho já estão abertas para agendas. Estando colocado no sistema, cada unidade vai e agenda o seu paciente - pode ter suficiente ou não, mas cada unidade agenda o seu paciente e tem suas vagas. Quando chega uma semana antes da data da consulta, automaticamente o sistema pega as vagas que não estão preenchidas e disponibiliza para todas as unidades que têm aquele serviço como referência. Então, a secretaria deu 20 para uma e 15 para outras, mas se a de 20 preencheu todas e a de 15 só dez, fica disponível também para aquele Município, que pode ir lá e colocar, no sentido de aproveitar.

O único controle que a CROSS faz é verificar se essas etapas foram cumpridas. Os AMEs têm até certo dia para colocar sua agenda. Se alguém não colocou, nós cobramos para que seja colocado para a secretaria distribuir. Quem distribui é a secretaria, não somos nós.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Foi exemplificado na área ambulatorial, e acho que aí todo mundo consegue fazer uma correlação. A questão de fundo, ainda vamos ouvir as perguntas do presidente, é por que há a necessidade de a secretaria estadual delegar isso a uma OSS? Se é tão simples assim e ela já faz 80% do que precisa ser feito, por que fica com vocês a gestão?

O SR. DIDIER ROBERTO RIBAS - Eu acho que é para dar mais agilidade no sentido de poder contratar gente. Eu acho que é isso, mas é também uma pergunta para fazer à secretaria.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - Pela ordem, presidente. Só uma única pergunta, até já pedindo que o senhor responda junto na sequência das do presidente. A DCR Médicos Associados presta ou prestou serviços para o Seconci? E quando?

O SR. DIDIER ROBERTO RIBAS - Antes de eu ser CLT no Seconci, tinha um contrato de pessoa jurídica na DCR. Mas por orientação eu mudei. Não presta serviço nenhum. A DCR Médicos é uma empresa que eu tenho com a minha esposa, e a sede é na minha casa. Era só a forma de contratação durante um período no Seconci, mas fui transferido para CLT e não tenho mais nenhum contrato.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - Só por questão de acompanhamento, também voltando aos sete milhões e meio do último contrato com pagamento tão rápido. O senhor tem o cronograma de quando vão começar essas obras de ampliação na CROSS?

O SR. DIDIER ROBERTO RIBAS - As obras na secretaria?

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - Não, a secretaria pagou sete milhões e meio para a CROSS.

O SR. DIDIER ROBERTO RIBAS - Já estamos fazendo as reformas, já estão quase terminando. Está quase completa. Você pode ir lá conhecer.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - Ok, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Antes de fazer meus questionamentos, gostaria de solicitar ao Dr. Michel Fukusato, sócio da empresa SAM Clínica Médica Sociedade Empresarial Limitada, que está ali na frente, que tome assento aqui mais perto, ao lado do deputado Cezinha ou do José Américo, porque logo em seguida já vamos dar a oportunidade para que o senhor preste esclarecimentos, e os deputados possam fazer seus questionamentos.

Quero cumprimentar com muito prazer e alegria o Dr. Haruo Ishikawa, presidente do Seconci. Muito obrigado por sua presença e pela disponibilidade. A sua assessoria rapidamente agendou dentro do cronograma que nós solicitamos, e da mesma forma o Dr. Didier e o Dr. Michel. Mas eu tenho aqui alguns questionamentos, uns meus e outros do deputado Wellington Moura, vice-presidente desta Comissão. O Dr. Pietro, quero cumprimentá-lo também, advogado. O senhor é funcionário ou contratado? Qual o regime que presta serviço para o Seconci atualmente?

O SR. PIETRO SIDOTI - Sou celetista no Seconci.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - O senhor não presta mais serviços em outro horário para nenhuma outra OSS?

O SR. PIETRO SIDOTI - Não. Já divulguei fora do estado para outras entidades, mas não mais.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - O senhor tinha um escritório?

O SR. PIETRO SIDOTI - Na verdade, eu tenho uma empresa de assessoria jurídica aberta.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Ok, obrigado. Uma pergunta do nobre deputado Wellington Moura, a CROSS tem acesso ao prontuário para a real situação do paciente?

O SR. DIDIER ROBERTO RIBAS - Não. O médico encaminhador, na parte de ambulatório nem passa prontuário por nós. O médico encaminhador preenche uma ficha no sistema com os dados do paciente; é só esse o acesso que temos. Nós dependemos do que o médico colocou no sistema.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Aí quem recebe do lado de lá, ou no caso a CROSS, é quem?

O SR. DIDIER ROBERTO RIBAS - O médico regulador.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Então, quando chegarmos lá e formos fazer uma visita, em diligência determinada de comum acordo com os deputados, vamos encontrar médicos que recebem essa informação?

O SR. DIDIER ROBERTO RIBAS - Que estão no sistema e recebem a informação.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Para poder determinar para onde vai, dentro da gravidade?

O SR. DIDIER ROBERTO RIBAS - E dentro da grade que a secretaria determinou.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - O médico que está lá com seu paciente, preencheu os dados do sistema. O sistema é fornecido pelo Estado ou pelos senhores?

O SR. DIDIER ROBERTO RIBAS - É contratado pela CROSS, mas dentro do contrato de gestão do Estado.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - E quem estipula como deve ser esse sistema é o Estado?

O SR. DIDIER ROBERTO RIBAS - Sim.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - E aí o médico que está lá com seu paciente, que sua equipe não tenha conseguido fazer em algumas horas, que seria o razoável por todos nós, dependendo da necessidade, ele a CROSS não conseguiu uma vaga, e achou por bem que não é vaga zero. No dia seguinte o médico que está lá com seu paciente tem que atualizar o sistema todo dia? A obrigação é dele?

O SR. DIDIER ROBERTO RIBAS - Sim, a obrigação é dele. Se ele não atualiza, o regulador anota no sistema pedindo atualização. Há uma comunicação pelo sistema da unidade, e qualquer alteração no quadro clínico do paciente, ele pode colocar um adendo no sistema e aparece um alerta, uma bolinha amarela que depois fica vermelha se não atendermos. E o médico daqui lê a alteração que aconteceu. Da mesma forma, se ele não atualizou, o médico regulador coloca num sistema “favor atualizar o caso”, porque pode mudar em 24 horas. É fundamental que se atualize.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - A reclamação em geral é sobre a demora de vagas no sistema, o senhor já ouviu aqui, ouve de todo mundo, da imprensa. O senhor pode depois passar para nós, já foi solicitado isso, por escrito, através de e-mail, na sua opinião que está lá gerenciando junto com sua equipe, o que nós precisamos mudar para melhorar e não ter filas? Não precisa nem responder agora, é melhor mandar por escrito, porque deve ser algo extenso. Mas é a expertise que vocês têm lá para tentar equacionar esse problema, fazer com que a secretaria modifique, acerte.

O SR. DIDIER ROBERTO RIBAS - Nós mandamos, não tem problema nenhum. Mando também uma estatística de resolução dos casos. A grande maioria dos casos são resolvidos antes de seis ou 12 horas, a grande maioria. É porque é um número muito grande de casos.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Esse cronograma de como funciona...

O SR. DIDIER ROBERTO RIBAS - O que tiver lá eu passo, e depois se quiserem mais detalhes vocês pedem e passamos também. Porém, só na regulação

de urgência absoluta são cerca de 20 mil transferências e casos por mês. São mais de 500 casos por dia que são regulados. É lógico que para aquele que não conseguiu em tempo, aquele era importante.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - E Dr. Didier, qual é a especialidade que os senhores têm mais dificuldade na CROSS? Talvez você não tenha agora, mas depois estabeleça para nós.

O SR. DIDIER ROBERTO RIBAS - Na CROSS a grande maioria dos médicos atuam independente da especialidade, como eu disse para ele. Hoje a maior dificuldade nos hospitais é pediatria e clínica médica, que eram as mais mal remuneradas e um monte de gente deixou de fazer. É mais fácil você conseguir pediatra para UTI infantil do que para a porta do pronto-socorro. Isso não tenha dúvida. Tem vários hospitais privados inclusive que deixaram de atender pediatria.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - O senhor falou que é mais fácil conseguir uma UTI do que para vaga pediátrica...

O SR. DIDIER ROBERTO RIBAS - Não vaga, mas médico para trabalhar na UTI do que na pediatria.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - Pois é. No final de semana, antes de ontem, o deputado Milton Vieira falou do óbito daquela criança por falta de atendimento.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Exato. Aí pergunto ao senhor, até para que verifiquemos aqui. Esses hospitais que a CROSS recebe vagas da secretaria, algum deles atende convênio médico?

O SR. DIDIER ROBERTO RIBAS - Só recebemos vagas do SUS. Existe um programa das Santas Casas Sustentáveis que a secretaria repassa um recurso e eles dão vagas, mas também atendem convênios. Isso é normal.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - O que temos de denúncia é o seguinte, o paciente está lá na fila, com dificuldade, não acha vaga. A hora que a família fala que ele tem um convênio médico, a vaga é achada. Temos essas denúncias, então temos a obrigação de fazer as perguntas. Não estou fazendo uma acusação.

O SR. DIDIER ROBERTO RIBAS - Sim, não pela CROSS. Ela não regula vagas de convênios. Cada convênio tem uma central de regulação deles, e se o paciente diz, o hospital onde ele está, o pronto-socorro aciona o convênio, mas não é via CROSS. Não tem vaga de convênio para a CROSS, ela não regula vaga de convênio. Só regulamos SUS.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - E essas vagas que os hospitais têm, quem determina lá é a secretaria, normalmente elas existem?

O SR. DIDIER ROBERTO RIBAS - Veja, são vários hospitais privados que colaboram com o sistema. Se são todas as vagas que a secretaria contratou com ele ou quais vagas, eu não tenho condição de avaliar. O que elas colocam, o número de vagas ou os critérios que a secretaria coloca o sistema cobra deles.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - E esse sistema, o senhor tem como encaminhar para nós que no hospital A tem 80 vagas para algum tipo de procedimento? Estou citando um exemplo. Não sou médico, sou advogado e contador.

O SR. DIDIER ROBERTO RIBAS - É melhor a secretaria encaminhar para o senhor.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Mas vocês têm isso lá? Porque sentimos quê...

O SR. DIDIER ROBERTO RIBAS - O que tiver de vaga de ambulatório eu tenho.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - O senhor está entendendo onde quero chegar?

O SR. DIDIER ROBERTO RIBAS - Sim, mas a vaga de internação...

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - É o seguinte, o governo contrata e o hospital não fornece a vaga. É nisso que estou querendo chegar. Lá no sistema dos senhores da CROSS poderíamos tentar identificar isso. Nós vamos pedir ao Estado também, mas queremos a colaboração dos senhores.

O SR. DIDIER ROBERTO RIBAS - O que eu tiver eu encaminho para o senhor.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Ok, muito obrigado.

O SR. PIETRO SIDOTI - Presidente, me permite um pedido à Comissão? O senhor falou em relação a essas questões de vagas, de planos de saúde com vaga ou não. Como sou compliance, não posso fugir disso. Se o senhor puder disponibilizar algum tipo de informação, porque para nós é importante que seja verificado internamente de qualquer forma.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Tenho mais um questionamento só, até porque os deputados já exploraram bastante e já se colocaram à disposição para voltar outras vezes. Ficamos tristes, não temos essa função de ser a pessoa, os deputados... E muitas vezes podemos até ser penalizados, e se não for, não sabemos se ficamos com a consciência tranquila ou pesada quando ligam em nossos gabinetes e falam, “tem uma pessoa tal que precisa ser internada, operada...”, e aí você fala “estou tirando vaga de alguém que precisa mais do que essa?”. Quem sou eu para resolver? É aquilo que o deputado Cezinha de Madureira colocou.

Mas também a nossa consciência como seres humanos, nós pegamos e pedimos, “dá uma olhada lá por favor, agiliza, dê uma atenção”. Esses dias aconteceu um caso e até falei na Comissão de Saúde, quando o Milton Vieira falou do caso da criança, de um idoso de 95 anos. Ele ficou seis dias... Um homem de 95 anos, ele foi acender uma churrasqueira. Que bom, com vitalidade e vivendo assim. Se queimou. Ele não conseguiu vaga para fazer o procedimento em seis dias, e veio à óbito. Então, vemos, o

que está acontecendo? É isso que queremos saber dos senhores. Vocês convivem com isso todos os dias.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - Vale a pena lembra que o senhor já tem cabelo branco, e se precisar do SUS, da vaga, está no fim da fila, por causa da sua idade. Quanto maior a vaga, maior a fila.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Quem está acostumado a viver no hospital, é acostumado a ver aquilo que o advogado não está acostumado a ver. E ele tem até que ter um sangue frio todo dia para tratar aquilo, fazer a cirurgia. Ele não pode ter emoção, tem que ter os critérios e ensinamentos. E vamos olhando, nós fomos visitar um hospital ontem e fazer uma diligência rápida lá. Ninguém foi lá para fazer estardalhaço, porque esta CPI não quer fazer isso - pelo menos é o que entendo e vejo de todos os deputados da Casa. Queremos aprimorar a legislação, tentar utilizar melhor os recursos públicos e entender o processo para aprimorar a legislação, que votei lá atrás há 20 anos. Já era deputado aqui.

Queremos fazer um marco aqui do Estado de São Paulo que sirva para o Brasil. É o que estamos tentando. Queremos ter a colaboração dos senhores. Nós soubemos que os senhores tinham 45 mil colaboradores.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Pela ordem, presidente. Essa informação é referente à SPDM.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Ah, sim. Mas eu pergunto aos senhores, vocês têm filiais? Está lá um hospital que o senhor administra, tem uma filial, uma CNPJ? Pode ser sim ou não, é só para saber.

O SR. PIETRO SIDOTI - Tenho, mas preciso fazer uma rapidíssima explicação sobre isso. Porque o modelo de organização social quando qualifica pela legislação, qualifica a entidade, que é privada. Mesmo que o hospital seja público, para garantir a segregação do recurso público em cada uma das unidades, quando você tem sua proposta aprovada e passa a fazer a gestão daquela unidade, tem uma conta específica em que o recurso cai, e obrigatoriamente tudo que é gasto é exclusivo dessa conta, para

garantir a segregação total de recursos entre o que a entidade tem do trabalhador da construção civil.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Desculpa, só um minuto. Estamos aqui para tentar ver o que pode ter de burla, porque como o deputado Ramalho da Construção falou, temos OSS que realmente têm valor filantrópico e querem prestar serviços, que não estão lá para ganharem dinheiro, que não sejam de crime organizado, que não são uma empresa. O deputado já colocou isso, da sua alegria de participar. Mas eu entendo que só a conta bancária não resolve nada, porque ela ajuda a dar um pouco de transparência. Mas você tem dez mil colaboradores, como faz o rateio disso para cada hospital, se vocês fazem tudo na mão, não tem um sistema?

Nós que estamos nesta CPI até agora não entendemos, e estamos achando o seguinte, os senhores não são fiscalizados da forma que deveriam ser. E é isso que vamos tentar tirar uma legislação pertinente aqui, para que dê igualdade e condições a todos. Os bons permanecem e os ruins saem. Nós não somos contra o modelo, eu pelo menos. A maioria dos deputados têm falado isso. Mas não dá para termos a coisa do jeitinho. Então, vamos ter que definir aqui o negócio do PJ, do ponto. Vamos ter que dar uma aprimorada nessa legislação. Por isso vemos fazendo todas as perguntas aos senhores. Eu já quero pedir ao presidente desde já, porque ontem tivemos um probleminha na SPDM em Pedreira.

Nós chegamos lá e o atendimento a nós... Até entendemos isso, porque as pessoas que estão lá não são obrigadas a entender o que é CPI, o segurança na porta, muitas vezes até para defender o funcionário. Esta CPI vai fazer diligências onde os senhores atuam. Então, por gentileza já avisem lá. Nós vamos nos apresentar, vamos acompanhados de delegados, da Polícia Militar, de promotor público, de advogados, procuradores, deputados e técnicos. Para vermos o que desejamos ver, é a nossa função aqui. Então, para que facilite o nosso trabalho e dos senhores, e já comunica todo mundo lá que a qualquer momento e hora podemos chegar.

Vamos até fazer esse comunicado a todo mundo, porque é meio que um sorteio. Fazemos uma reunião aqui fechada, pegamos 20 deputados e cada um vai sair para fiscalizar com uma equipe. Nós queremos olhar, verificar, sentir o que a população sente, e tentar mostrar. Porque quando estamos num sistema de trabalho há muito tempo, muitas vezes acomodamos. E aí o atendente que está no hospital, vê aquela fila de cem pessoas, gente morrendo de dor, gente que é só para deixar um remédio e não

tem uma triagem, tem que levar remédio porque o hospital não tem, ou está indo levar uma roupa e tem que ficar na fila, muitas vezes atrapalhando a pessoa que está lá para ser internada.

E o atendente nem olha para a cara do cidadão, até porque também deve ter uma baixa autoestima, porque só vê problema na frente dela o tempo todo. Não sei se tem um tratamento psicológico para ser dado a esse pessoal, porque quando você é bem recebido num lugar, por mais dor que você tenha, pensa “aqui vou ser bem recebido”. Pode nem ser, mas já é um placebo ali. Então, por favor, passem isso tudo para nós, temos um e-mail específico. Nos deem informações. Vou passar aos senhores também um comunicado da SDG, 16/2018, datado de 18 de abril de 2018, agora mês passado. É do Dr. Sérgio Siqueira Rossi, secretário e diretor geral do Tribunal de Contas. Para que os senhores entendam bem e daqui a pouco também não sejam penalizados, inclusive por esta CPI ou pelo Ministério Público, ou por quem quer que seja.

Ele comunica conforme instruções consolidadas, considerando diretrizes, leis reguladoras, transparência, acesso à informação, disposição de instruções consolidada pelo tribunal, comunica aos órgãos públicos estaduais e municipais que adotem providências no sentido de que as entidades de terceiro setor - OSS, destinatárias de recursos públicos cumpram os dispositivos legais relativos à transparência de seus atos consistentes, na divulgação por via eletrônica, de todas as informações sobre suas atividades e resultados. Dentre outros, o estatuto social atualizado, termos de ajustes, planos de trabalho, relação nominal dos dirigentes, valores repassados, lista de prestadores de serviços, pessoas físicas e jurídicas e os respectivos valores pagos.

Portanto Dr. Didier, o salário do senhor tem que estar no Portal da Transparência. Não concorda? Vão discutir com o Tribunal de Contas, se a lei é legal ou não é, e se interfira na outra. Mas está escrito aqui e vamos atender o tribunal. Porque hoje o Tribunal de Contas manda prender, soltar, multar, tem um papel diferenciado. E tem o Ministério Público de Contas também lá dentro. Além dos balanços, demonstrações contábeis, relatórios físicos e financeiros de acompanhamento, regulamento de compra de contratação de pessoal. Vou passar às mãos do presidente, e se não tiverem conhecimento, passam a ter. Deem uma verificada.

O deputado Carlos Neder convidou um fiscal do trabalho, e a SPDM não atendia a regulamentação de ter CNPJ para cada lugar. E teve que abrir. E parece que teve uma grande multa. Se os senhores não têm, já verifiquem, porque também já queremos regularizar. Queremos que a coisa funcione, só isso.

O SR. PIETRO SIDOTI - Sr. Presidente, já temos desde o primeiro hospital de Itapeçerica da Serra, absolutamente tudo segregado. Temos um sistema de recursos humanos informatizado, então o senhor pode ter acesso quando for na unidade. E os contratos de trabalho o que o senhor perguntou, só para constar, porque acho que é uma informação importante, todos os contratos da unidade são assinados e celebrados, e constam dentro do CNPJ filial dessa unidade. Então, a segregação do que se tem de funcionário entre uma unidade e outra é total.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Acho que vou terminando por aqui, mas a pergunta é o seguinte, só para saber. A informação que a Secretaria de Estado nos dá é que eles repassam com três meses de antecedência os valores dos contratos para depois prestar contas trimestralmente. Isso é real com os senhores? Vem sendo pago em dia?

O SR. DIDIER ROBERTO RIBAS - Eles repassam todos os meses em dia, sempre no quinto dia útil. Tem um contrato de gestão, e o termo aditivo é negociado em novembro, e em dezembro é assinado o termo aditivo. O valor é dividido em 12 parcelas, que são pagas no quinto dia útil. E a secretaria sempre paga em dia.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Pela ordem, Sr. Presidente. Essa questão surgiu no depoimento do Dr. Mauricio Faria, conselheiro do Tribunal de Contas do Município, falando do procedimento em âmbito do Município. É exatamente por isso que eu estava perguntando se vocês notam diferenças entre o modo de agir do Estado e do Município. No caso do Município, ele relatou que quem opera o sistema e alimenta com informações são as próprias organizações sociais, a tal ponto que eles têm dificuldade de fazer a análise das informações disponibilizadas, porque o pessoal fica com ampla liberdade de mudar esses números ao longo dos meses. Então, ele pode mudar durante dois, três, quatro, cinco meses.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - É retroativo.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - É, vai mudando a informação que tinha sido previamente prestada, de tal maneira que isso dificulta o controle que se faz sobre o

resultado propriamente dito. E mais do que isso, ele chamou a atenção para que um dos elementos mais importantes de analisar a qualidade do serviço prestado é a prestação de contas em dia, como se isso não fosse uma obrigação. Quer dizer, o critério de avaliação se foi bom, o desempenho para que possa ter inclusive um aporte diferenciado de recursos, que não só pela produção, é a prestação de contas em dia. E depois essa prestação vai sendo modificada ao longo dos meses, o que dificulta o controle interno e externo. Acho que vem daí essa observação do presidente.

O SR. PIETRO SIDOTI - Se o senhor me permitir fazer uma consideração em relação ao Município. O que posso garantir ao senhor é que o Seconci faz a prestação de contas em dia. Há de se verificar e passar para a Comissão em que pé está essa questão do Portal da Transparência do Município em relação às nossas informações, e a transição das informações entre o que fazemos e o que a secretaria está recebendo, por conta do volume de informações. A secretaria municipal faz hoje a prestação de contas em linhas, então não tem como a entidade gerenciar esses números. A consulta está ali, ou ela fez ou não fez. Mas isso vou verificar e passo para a Comissão.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Sr. Presidente, o deputado José Américo solicitou os documentos relativos aos contratos terceirizados, quarteirizados ou subcontratos, a relação das empresas por curva ABC e os mais importantes por item. Segundo, solicitamos que no caso do Município, tenhamos as informações referentes aos contratos firmados nas regiões de Ermelino Matarazzo com o valor do contratado, e da também na região da Penha de França, para que possamos ter uma análise comparativa.

E uma última questão, presidente. Sinteticamente respondendo o Dr. Didier, o que o Seconci faz na CROSS que não é feito hoje pelo Governo do Estado? Quer dizer, abstraindo tudo que já é competência do governo, o que de fato foi delegado para que vocês fizessem, e qual é o custo que teve essa delegação do ponto de vista monetário?

O SR. DIDIER ROBERTO RIBAS - Toda contratação de equipe é feita por nós, a contratação do sistema informatizado, a manutenção de computadores, dos servidores, porque é um sistema bastante parrudo, e toda a equipe que dá apoio à CROSS, de 350 funcionários, sendo aproximadamente 150 médicos. E operacionalização técnica. Tudo isso é feito por nós.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - E qual é o custo mensal disso?

O SR. DIDIER ROBERTO RIBAS - O valor do contrato é de seis milhões e 700.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Seis milhões e 700 anos?

O SR. DIDIER ROBERTO RIBAS - Mês.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Então, seis milhões e 700 por mês são para 350 pessoas envolvidas, de diferentes níveis...

O SR. DIDIER ROBERTO RIBAS - Todo o material, o aluguel do andar, todas...

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Então, presidente, acho que é importante que nos debrucemos sobre esse contrato em particular, sobretudo para analisar por que houve a necessidade da secretaria delegar essa competência para uma das OSS.

O SR. DIDIER ROBERTO RIBAS - Eu falei seis e 700, mas é seis e cem.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Vou fazer a minha última pergunta só para entender. O senhor está na CROSS há três anos?

O SR. DIDIER ROBERTO RIBAS - Quatro anos.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - É mais ou menos o nosso mandato aqui, mas depois temos que ir às urnas para ver o que acontece. Passamos por um concurso público a cada quatro anos. O senhor deve ser todo dia, porque é uma correria, e uma responsabilidade grande. Mas a pergunta é o seguinte, nesses quatro anos que o senhor está lá, poderia dizer para nós se aumentou ou diminuiu o número de vagas?

O SR. DIDIER ROBERTO RIBAS - Acho que aumentou o número de vagas, mas também aumentou o número de demanda. Como eu disse, teve uma crise importante e várias pessoas perderam seus planos de saúde. Então, a procura dos serviços, e isso não é só na CROSS, mas nos hospitais, tem um aumento muito grande. O pronto-socorro hoje opera com 130, 140% do pactuado por conta de uma procura muito maior. Não tenha dúvida disso. Relativa, diminuiu.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Entendi. Dr. Pietro, vou fazer uma consideração para o senhor. Aquela coisa do servidor público, o senhor que está montando o compliance, que é uma preocupação de grandes organizações, sejam elas sociais ou não, em função de tudo que está acontecendo, passe a avaliar o problema de servidor público concursado do Estado, que faz parte de contrato. Porque o Ministério Público vai condená-los juntamente com o servidor do Estado a devolver o dinheiro, e com multa. E normalmente é cem vezes o valor do que foi. Então, verifiquem isso, porque está ocorrendo. E se puder depois, encaminhe para nós como o senhor está montando esse compliance, porque é algo interessante que ainda não tínhamos ouvido em outras OSS.

O SR. PIETRO SIDOTI - Me coloco à disposição para fazer uma apresentação sobre todo o sistema de compliance da empresa.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Desde já agradeço, e espero o encaminhamento da documentação dos senhores. Se tiverem mais alguma coisa a colocar. Agradecemos.

O SR. HARUO ISHIKAWA - Presidentes e deputados, queria agradecer. Não temos a experiência de vir numa CPI, mas acho que é muito importante o que os senhores estão fazendo. Acho que a sociedade brasileira merece o respeito para com o dinheiro público. E com certeza pelo Seconci São Paulo, um centavo sequer é dinheiro público. Isso eu posso garantir a todos os deputados. Eu tenho muita liberdade para dizer isso, porque a nossa preocupação é muito grande. A humanização e a excelência dos nossos hospitais são fundamentais. Todo o nosso corpo diretivo de todos os hospitais e AMEs são um grande time, com os melhores profissionais.

Por isso posso dizer que temos mais de 12 mil colaboradores, e tenho muitos deles com mais de 25, 30 anos de casa. São respeitados. E não existe zona de conforto no Seconci. A minha preocupação é com pessoas antigas da casa, para montarmos uma liberdade para eles evoluírem. Podem contar com o Seconci. Eu ia falar para vocês que visitem os hospitais e AMEs do Seconci, mas já sugeriram. Todos os nossos hospitais já estão orientados, para que visitem. É a maior satisfação para nós. Eu sou engenheiro, e costumo dizer que nossos corredores dos hospitais não podem ter maca. Falo isso não para faixada, mas pela preocupação, porque respeito muito os meus médicos.

Queria dizer a vocês que estou muito feliz de vir aqui. Podem nos chamar a qualquer momento, porque tentamos fazer o melhor. Essas orientações que vocês deram com certeza vão ajudar a nossa equipe, e o time vai ouvir o que vocês falaram para utilizarmos no Seconci. A humildade é a maior de todas as virtudes do Seconci. Queria dizer isso a vocês. Agradeço e estamos à disposição. Vim como presidente, estou há seis meses no cargo, mas tenho uma satisfação, porque é uma missão que tenho. E vou cuidar dessa missão da melhor maneira possível. Sou voluntário, mas com satisfação. Mas parabenizar vocês parlamentares, que hoje são vistos numa situação complicada, mas a maioria dos parlamentares são ótimos. Existe uma meia dúzia que são ruins e atrapalham o setor. Queria parabenizar vocês parlamentares, porque a maioria é ótimo na gestão pública.

O SR. RAMALHO DA CONSTRUÇÃO - PSDB - Pela ordem, presidente. Só para quebrar o protocolo. O Haruo, além de tudo isso, é dono de uma construtora, um empresário da construção civil e um exemplo a ser seguido.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Ele me falou aqui que gosta de futebol também.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - Corintiano.

O SR. RAMALHO DA CONSTRUÇÃO - PSDB - Não sei se é corintiano, mas a construtora do Haruo às vezes evitamos elogiar, porque causa uma ciúmeira enorme. Sabemos que 80% das construtoras não são iguais a dele. Mas ele é um exemplo na empresa dele. O acompanho há pouco mais de 30 anos. Era só para registrar isso. Desculpa quebrar o protocolo, porque depois do presidente não se fala mais.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - Muito obrigado, presidente. Aliás, só gostaria de ao final solicitar do senhor, com relação aos sete milhões e meio para a reforma, queria que dentro das possibilidades que enviasses a esta CPI quais as melhorias que foram feitas nesses últimos dias, e se essas melhorias se encaixaram no sistema que vocês usam de servidores e contatos com os hospitais do Estado para melhorar a regulação. Queria que vocês nos informassem em forma de relatório no que foram gastos esses sete milhões e meio.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Muitíssimo obrigado e uma boa tarde aos senhores. Vou suspender a sessão por um minuto.

* * *

- Sessão suspensa por um minuto.

* * *

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Dando prosseguimento aos nossos trabalhos, gostaria de solicitar que sente ao meu lado direito o Dr. Michel Fukusato, sócio da empresa SAM Clínica Médica Sociedade Empresarial Limitada, que foi convocado para prestar seus esclarecimentos. Desde já agradecemos por sua presença. Já vamos passar a palavra para que o senhor se apresente e diga o que faz a sua empresa, sua qualificação, e o que mais julgar necessário em cinco, dez minutos, para que os deputados questionem o senhor do que acharem importante. Muito obrigado.

O SR. MICHEL FUKUSATO - Boa noite a todos. Sou Michel Fukusato, médico anesthesiologista formado há 22 anos. Sou um dos sócios da empresa SAM, que presta serviços a algumas OSS do Estado. Estou aqui para esclarecer qualquer dúvida que esteja a minha altura.

O SR. RAMALHO DA CONSTRUÇÃO - PSDB - Pela ordem, Sr. Presidente. Só enquanto chega o nosso especialista, o deputado médico, quero cumprimentar o Michel e parabenizar pela disposição de vir aqui prestar esclarecimentos. Acho que

entre todas as coisas, o mais importante é esclarecer. No início da fala me faltava a palavra, o professor preceptor.

O SR. MICHEL FUKUSATO - Isso, professor que toma conta dos médicos.

O SR. RAMALHO DA CONSTRUÇÃO - PSDB - É importante esclarecer para a sociedade o que faz o preceptor. Não adianta nada ter 30 alunos se o preceptor irresponsável não aparece lá. E o povo continua sem ser atendido porque o cara que responde por tudo isso não está lá. Quem sabe o presidente, estou aqui só como substituto, possa estender depois à CPI para esclarecimentos dos hospitais sobre essas falhas. Não adianta nada você ter o convênio com a universidade, levar todos os alunos com a maior boa vontade do mundo de aprender, porque está ali fazendo a cirurgia.

Eu tenho sentido isso de perto, principalmente quando visito alguns hospitais na madrugada. Mas você tem o preceptor que é inteiramente criminoso e irresponsável por não estar lá para assistir à população e o próprio aluno que perde seu tempo para ficar nas madrugadas aprendendo. Era só para esperar o especialista, nosso grande e deputado Carlos Neder. Sabemos que V. Exa. é um doutor na matéria.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Obrigado, deputado.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Pela ordem, nobre deputado Neder. Já deu para respirar, excelência?

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Pergunto a V. Exa. se seguiremos a sugestão feita pelo deputado Cezinha, porque nesse caso em particular foi um requerimento de minha autoria, o 53, que pediu a convocação do Sr. Michel Fukusato, servidor estadual e sócio da empresa SAM Clínica Médica Sociedade Empresarial Limitada. Pergunto a V. Exa. se eu poderia fazer as primeiras questões, antes mesmo de ouvi-lo. Seria importante fazer alguns questionamentos, até porque houve um certo atraso para ouvi-lo. E se houver primeiro uma exposição dele para depois fazermos as perguntas e ele voltar a responder, acho que seria mais ágil se nós já começássemos com algumas questões. Se V. Exa. concordar...

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Ele se apresentou e se qualificou, e aguardamos o senhor.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Boa tarde. Agradecemos por sua presença. Nós tomamos conhecimento a partir do depoimento feito pelo Sr. Mauri Bezerra, da existência dessa empresa. E na ocasião nos foi dito que entre outros problemas, havia a participação de pelo menos quatro profissionais da Secretaria de Estado da Saúde compondo o corpo de sócios da empresa. Entre eles o senhor, que manteria vínculo com a Secretaria de Estado da Saúde, e ao mesmo tempo participando dessa sociedade. Essa empresa teria sido aberta há seis anos, mais precisamente no dia 14 de junho de 2012.

A primeira questão que eu gostaria de fazer ao senhor é se após a ampla publicidade que foi dada a essa situação, envolvendo a empresa e também o seu nome, se o senhor foi chamado na Secretaria de Estado da Saúde para algum tipo de esclarecimento ou providência.

O SR. MICHEL FUKUSATO - Boa tarde, excelentíssimo. Na verdade, não fui chamado em nenhum momento pela secretaria. Após orientação e questionamento, porque no meu entendimento do Estatuto do Servidor, eu frisei por mim mesmo que o funcionário público não poderia ter duplo vínculo - prestar serviços pelo Estado CLT concursado, no qual sou efetivo há 20 anos, agora não mais, e prestador de serviço PJ. Por isso que tenho a empresa e prestei os concursos nas licitações para prestar serviços a essas OSS.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Então, agora ouvido aqui os tribunais de contas do Estado e do Município, a coisa é mais grave do que isso. Não se trata apenas de uma questão de compatibilidade ou não de horários. Todos nós médicos temos o direito a dois vínculos - somos uma das poucas categorias que temos direito a isso. Inclusive inicialmente só nós e os cirurgiões dentistas que poderiam ter isso. E aí tem uma questão de compatibilidade de horário, mas a coisa aqui é de outra natureza. É o fato de haver um ou mais vínculos públicos, e estar prestando serviços remunerados para o Estado, o poder público.

O que é estranho, Srs. Deputados, é em que pese toda a publicidade que foi dada ao caso, o questionamento que fizemos à Coordenadoria de Contratos de Gestão, o

senhor não ter sido chamado no gabinete do secretário ou por alguém da coordenadoria para se explicar. Porque todos os órgãos de comunicação deram publicidade a esse fato, e ninguém chegou a alertá-lo, nem na secretaria, e tão pouco na organização social?

O SR. MICHEL FUKUSATO - Com relação a isso, não.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - O senhor reconhece que tem participação nessa empresa?

O SR. MICHEL FUKUSATO - Tenho participação.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - E o senhor reconhece que pelo menos outros três profissionais da secretaria também compõem o corpo diretivo?

O SR. MICHEL FUKUSATO - Sim, inclusive somos concursados há mais anos do que a própria criação da empresa. Eu por exemplo, era há 20 anos.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Exatamente. Vocês prestam serviços para qual Organização Social da Saúde?

O SR. MICHEL FUKUSATO - SPDM e Cruzada Bandeirante.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - E o procedimento de contratação foi simultâneo ou diverso? Vocês participaram de algum pregão, algum processo licitatório para que fossem contratados?

O SR. MICHEL FUKUSATO - Sim. Em todos os hospitais que presto serviços houve um pregão, uma licitação, e daí foram classificadas ou desclassificadas. Em algumas fui classificado em terceiro, houve a apresentação das equipes ganhadoras na minha frente - uma não quis, outra assumiu e não deu conta pedindo para sair, e acabaram me chamando. Em todos os três hospitais tiveram licitação ou concursos para fazer a seleção do melhor preço e a melhor qualidade de serviço.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Muito bem. Sr. Presidente, nós temos aqui o depoente, nesse caso mediante convocação - não foi um convite. E a CPI tem prerrogativas, e aqui a verdade é essencial, sob pena de uma série de procedimentos, inclusive na área criminal. O senhor teria condições de fornecer esses procedimentos licitatórios que a empresa da qual faz parte participou? Número de processo, resultado, publicidade dada em Diário Oficial quanto ao resultado alcançando...

O SR. MICHEL FUKUSATO - Posso verificar, porque na verdade as licitações são abertas. No caso da SPDM, são convites ou licitações abertas feitas após anúncio no jornal de contratação CLT, em que não há concorrentes ou pessoas interessadas. E numa dessas nós fomos convidados e apresentamos a proposta para eles. Na verdade, eu não tenho o número do processo agora, mas posso verificar nos e-mails. Não sei de cabeça agora.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - E o colega disse que foi convidado? Esse convite partiu de quem?

O SR. MICHEL FUKUSATO - Não, na verdade assim, todas as empresas... Quando você tem uma empresa médica, você acaba entrando no site dos concursos e entramos em contato se podemos ou temos qualidade para prestar essa licitação. Nós entramos em contato, vemos se isso é viável para a minha empresa. O meu serviço é só anestesiologia, então vejo se posso prestar, se está aberto o concurso, e aí deixo meu contato e eles retornam dizendo que tem tal concurso para o hospital. Entro através do site e fichas online, você preenche e manda os dados, documentação, e é ou não qualificado para prestar essa licitação.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Deveria ser assim, entretanto estamos recebendo denúncias de que quem já trabalha com vida, quem pretende trabalhar, como profissionais, empresas, pessoas jurídicas que já prestam serviços para uma determinada organização social, sabendo da necessidade e possibilidade de um contrato, procuram por relações de todo o tipo uma outra empresa, em geral com pessoas que mantêm algum tipo de relacionamento para que elas se ofereçam para esse contrato, seja na modalidade de convite ou outra.

No seu caso, o senhor está afirmando que vocês tomaram conhecimento pela internet com a publicidade dada, e que disputaram legitimamente e ganharam?

O SR. MICHEL FUKUSATO - Isso mesmo.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Qual é o corpo de funcionários ou prestadores de serviços, profissionais médicos que trabalham nessa empresa?

O SR. MICHEL FUKUSATO - Entre 102 e 107 médicos anesthesiologistas.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - E esses médicos ficam disponíveis para uma convocação pela internet mediante algum tipo de informe por meio eletrônico, ou vocês têm uma sede física onde eles ficam instalados para prestação desses serviços, seja como diaristas ou plantonistas?

O SR. MICHEL FUKUSATO - No caso da minha empresa é por contato. Eu tenho uma pessoa especialista e acabou de sair da residência, eu avalio e convido, porque para prestar serviços só pode sendo sócio. Tenho que fazer com que essa pessoa entre no corpo da minha empresa para ela prestar serviços. Aí não, é feita a disponibilidade de cada sócio, e é feita uma escala de trabalho de acordo com o contrato de cada hospital, e eu determino uma escala. Em tal hospital preciso de sete plantonistas, determino sete pessoas para trabalharem lá. O outro hospital B precisa de cinco, então determino dentro do meu quadro societário cinco pessoas para trabalharem lá.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Por gentileza, posso fazer uma interrupção? A assessoria nos trouxe uma documentação alertada por V. Exa. nobre deputado, que quando não é convite e há uma convocação da pessoa que está aqui prestando esclarecimento, ela tem que assinar um Termo de Compromisso. Vou ler agora e passo ao Dr. Michel para que assine.

Eu, Michel Fukusato, infra-assinado no RG tal, exercendo cargo X em tal lugar, fui convidado a comparecer a esta Comissão Parlamentar de Inquérito como testemunha, com fundamentos nos artigos 203 e 218 do Código de Processo Penal, combinados com o parágrafo segundo do Art. 13 da Constituição do Estado de São

Paulo, e o Art. 3 da Lei Estadual 11.124 de dez de abril de 2002. Declaro que fui advertido a dizer a verdade, sob pena de incorrer no crime previsto no Art. 4, inciso dois da Lei Federal 1.579 de 18 de março de 1952. São Paulo, junho de 18. E o depoente assina.

Assim fazemos o procedimento correto da CPI. Obrigado pelo alerta da nossa assessoria e do deputado Carlos Neder.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Pela informação, vocês têm três contratos no valor de 11 milhões e 786 mil reais por ano. Confere?

O SR. MICHEL FUKUSATO - Isso mesmo, declarado e com emissão de nota eletrônica.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - E desses contratos, quantos são com a SPDM e quantos com a Cruzada Bandeirante São Camilo?

O SR. MICHEL FUKUSATO - Dois com a SPDM - o Hospital Geral de Pirajuçara e o Hospital Geral de Guarulhos, e um com a Cruzada Bandeirante - o Hospital Geral de Carapicuíba.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Onde fica a sede dessa empresa?

O SR. MICHEL FUKUSATO - Em Mogi das Cruzes.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Em qual endereço, exatamente?

O SR. MICHEL FUKUSATO - Antônio Meyer, 271, sala um.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - O senhor poderia me confirmar se essa é a foto do local onde fica sediada a empresa?

O SR. MICHEL FUKUSATO - Não, essa é a foto da minha casa.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Qual é o endereço exatamente?

O SR. MICHEL FUKUSATO - Rua Engenheiro Hanney Macari, 231.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Olhando aqui nos contratos que temos, há uma coincidência desse endereço da empresa com a sua casa?

O SR. MICHEL FUKUSATO - Não, porque quando abrimos no início eu não tinha uma sede, porque era uma empresa pequena. Pelo CRM liberado, coloquei o endereço da minha casa. Quando houve um aumento, porque aí conseguimos através da qualidade do serviço e das licitações, ampliar o nosso leque de hospitais que prestávamos serviços, acabamos optando por mudar para uma sede comercial, e tirar da minha casa. Só prestamos serviços, não temos uma função na sede. A sede é só uma parte estrutural de organização. Como somos anestesiistas, prestamos serviços nos hospitais.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Eu tenho aqui o contrato relativo ao Hospital Geral de Pirajuçara. O endereço consta como Rua Engenheiro Hanney Macari, 231, bairro Alto do Ipiranga, Mogi das Cruzes. Confere? Esse é o endereço da empresa?

O SR. MICHEL FUKUSATO - Esse é o endereço da minha casa. Provavelmente o que deve ter acontecido é que com a mudança, ninguém se ateuve a esse detalhe do endereço. Mas se o senhor pegar o contrato social da minha empresa, atualizado, vai visualizar que o endereço é outro. No contrato provavelmente passou despercebido.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Sr. Presidente, nós já havíamos detectado a necessidade de atualizar algumas informações na Junta Comercial. É preciso que nós saibamos. Por exemplo, na última atualização contratual que eu tenho da empresa consta em torno de 85 membros, e não 102.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - Deputado Neder, esse contrato é com a SPDM, é isso?

O SR. MICHEL FUKUSATO - Isso mesmo.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Esse contrato aqui no caso é do Hospital Geral de Pirajuçara, serviço de anestesiologia e quem fez o contrato.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - Mas é com a SPDM então?

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Não, aqui eu preciso ver quem é a interveniente.

O SR. MICHEL FUKUSATO - O hospital é uma OSS da SPDM.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - Quem paga o contrato é a SPDM?

O SR. MICHEL FUKUSATO - Isso mesmo.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Então, pode parecer apenas um detalhe, mas é importante saber em que condições a empresa está instalada, se há uma diferença de local da empresa da sua residência. O senhor é o sócio administrador?

O SR. MICHEL FUKUSATO - Sou o sócio responsável técnico.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - E nós precisamos saber se confere depois essa informação de que pelo menos mais oito, três ou quatro sócios são também funcionários públicos.

O SR. MICHEL FUKUSATO - Sim, são.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Vou ler para o senhor a Lei 10.261, de 28 de outubro de 68, conhecida como Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado. Artigo primeiro: “Essa lei institui o regime jurídico dos funcionários públicos civis do Estado”. Parágrafo único: “suas disposições, exceto no que colidir com a legislação especial, aplicam-se aos funcionários dos três poderes do Estado e aos tribunais de contas do Município”.

O Art. 243 diz o seguinte: “é proibido ainda ao funcionário fazer contratos de natureza comercial e industrial com o governo por si ou como representante de outrem. Dois; participar da gerência ou administração de empresas bancárias, industriais ou de sociedades comerciais que mantenham relações comerciais ou administrativas com o Governo do Estado, sejam por estes subvencionadas ou estejam diretamente relacionadas com a finalidade da repartição ou serviço que esteja lotado. Quarto; exercer mesmo fora das horas de trabalho emprego ou função em empresas, estabelecimentos ou instituições que tenham relação com o governo em matéria que se relacione com a finalidade da repartição ou serviço em que esteja lotado. Sexto; comercializar ou ter parte em sociedades comerciais nas condições mencionadas no item dois deste artigo”. Inciso dois: “podendo em qualquer caso ser acionista, cotista ou comanditário”.

Aí eu pergunto, o senhor não tinha conhecimento dessa legislação?

O SR. MICHEL FUKUSATO - Não.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Em momento algum o governo, a Secretaria de Estado ou a OSS o alertou da necessidade de cumprir e respeitar essa legislação?

O SR. MICHEL FUKUSATO - Também não.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Então, presidente, mais uma vez vemos como é frágil e há uma dicotomia de responsabilidade entre o ente público e o privado. Porque a bem da verdade, vocês sequer poderiam ter assinado esse contrato, em face da legislação existente. Que tipo de vínculo o senhor mantém hoje com a Secretaria de Estado da Saúde?

O SR. MICHEL FUKUSATO - Hoje mais nenhum, eu pedi exoneração do meu cargo.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Quando você pediu?

O SR. MICHEL FUKUSATO - Há três semanas. Mas aí me orientaram errado na secretaria, porque eu teria que fazer um exame demissional. Aí fui essa semana.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Eu perguntei ao senhor se quando do anúncio, da situação da empresa, da sua participação e com seu nome ventilado, teria sido alertado pela secretaria ou pela OSS sobre a impropriedade do tipo de vínculo. Quem o alertou de que o senhor deveria pedir exoneração do cargo da Secretaria de Estado da Saúde?

O SR. MICHEL FUKUSATO - Eu achei por melhor pedir para não ter nenhum problema para mim ou para a organização.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Mas o senhor tem consciência de que cabe ao Tribunal de Contas e ao poder público exigir o ressarcimento de tudo o que foi recebido indevidamente por vocês?

O SR. MICHEL FUKUSATO - O senhor está me informando agora. Eu não sabia disso, como não sabia desse estatuto.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Quem é o assessor jurídico dessa empresa?

O SR. MICHEL FUKUSATO - Da minha empresa? Na verdade, eu não tenho um assessor jurídico. Tenho só um contador no escritório onde foi aberta a empresa. Nunca vi a necessidade de ter um assessor jurídico, uma vez que só prestávamos serviços.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Não havendo um assessor jurídico para um contrato de mais de 11 milhões de reais, pergunto quem elaborou a minuta desse contrato.

O SR. MICHEL FUKUSATO - Essa minuta vem das OSS. Eu só confiro se tem alguma coisa alterada, algum dado meu, confirmo o valor acertado na licitação e acabo assinando.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Então, é um contrato padrão da SPDM com pequenas alterações, mais para compatibilizá-lo com as informações da sua empresa?

O SR. MICHEL FUKUSATO - E com os valores acertados ou que ganhamos na licitação. Só isso.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Em algum momento a empresa, seja no endereço da sua casa ou atual, qual é o atual?

O SR. MICHEL FUKUSATO - Rua Antônio Meyer, 271, sala um.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Fica em qual bairro?

O SR. MICHEL FUKUSATO - Jardim Santista, Mogi das Cruzes.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Continua em Mogi das Cruzes. O senhor permanece residindo naquele primeiro endereço?

O SR. MICHEL FUKUSATO - Isso mesmo.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Em algum momento o senhor recebeu uma visita, fiscalização ou auditoria, seja por parte das secretarias municipal e estadual, ou da própria SPDM?

O SR. MICHEL FUKUSATO - Conta vigilância sanitária? Porque para poder fazê-la, ela faz uma vistoria para ver se libera o alvará. Eu tenho essa vistoria.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Alvará próprio, que não para prestação de serviços? O senhor disse que ali é apenas um ponto de referência, e que não ficamos os médicos, quem presta serviço. Por que a necessidade de um laudo da vigilância sanitária se ali não são prestados os serviços?

O SR. MICHEL FUKUSATO - Porque ali é uma clínica, e eu alugo a sala um. A clínica em si tem um laudo da vigilância para funcionar.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Então, ali funcionava como uma clínica do senhor?

O SR. MICHEL FUKUSATO - É uma clínica, e tenho a locação da sala um.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - É sublocado uma das salas, Sr. Presidente. Portanto, é uma clínica do depoente, em que uma das salas foi sublocada para a empresa. E é ela que dá referência ao contrato firmado com a SPDM, é isso?

O SR. MICHEL FUKUSATO - Isso mesmo.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - E não houve nenhuma fiscalização, nem por parte do Tribunal de Contas e tão pouco por parte da Secretaria de Estado e também da SPDM?

O SR. MICHEL FUKUSATO - Não.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Apenas a vigilância sanitária quando deu o laudo. É interessante observar no depoimento anterior que foi colocada enorme responsabilidade no Conselho Regional de Medicina. Razão pela qual acho que precisaríamos formalizar esse convite ao presidente do conselho regional, para saber se de fato ele é responsável por esse tipo de contrato de pessoa jurídica, se eximindo de responsabilidade as organizações sociais, ou se indevidamente o conselho está sendo responsabilizando por algo que o poder público e a empresa contratada deveriam fazer. Não sei se V. Exa. concorda com esse raciocínio.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Concordo sim. Os deputados presentes concordam? Então, vamos fazer o ofício.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - No caso específico do atendimento prestado pela empresa, ele se restringe a questão da anestesiologia ou também avança para outras áreas de atuação?

O SR. MICHEL FUKUSATO - Somente anestesiologia.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Só para entender direito, qual é o vínculo que vocês mantêm em Guarulhos?

O SR. MICHEL FUKUSATO - De prestador de serviços.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Em qual hospital, e desde quando?

O SR. MICHEL FUKUSATO - Hospital Geral de Guarulhos, se não me engano assumimos dia 21 de dezembro de 2015. Posso mudar um ano para frente ou para trás, mas eu lembro da data porque foi uma data crítica.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Dia 20 de dezembro de 2015. O contrato foi assinado pela SPDM e pelo Dr. Afonso Cesar Cabral Guedes Machado. Quem assina pela empresa é o senhor. Quem é o Dr. Afonso Cesar, que assina pela SPDM?

O SR. MICHEL FUKUSATO - É o superintendente do Hospital Geral de Guarulhos.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Então, foi o próprio superintendente, e não a direção da OSS. Foi a unidade prestadora que assinou o contrato?

O SR. MICHEL FUKUSATO - Isso mesmo.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Portanto, já há muito tempo avançamos para uma questão de responsabilidade difusa para a responsabilidade objetiva. Hoje quem assina um ato em nome do poder público ou de uma instituição delegada responde pelo ato, não é a empresa *sensu lato* que assina e responde. É o senhor que responde diretamente pela assinatura que colocou neste contrato, da mesma forma que o diretor

do hospital. Se olharmos essa denúncia que saiu hoje e circulou entre nós, vamos ver que Guarulhos está chamando a nossa atenção. Então, precisamos ver direitinho não só as organizações sociais, mas onde elas estão, e se há diferença do controle exercido por Cotia, Itapecerica da Serra, a capital de São Paulo, Guarulhos.

Porque quando você questiona a organização social, em certa medida ela remete a responsabilidade para o poder público. E fiquei impressionado aqui, não quis me deter a esse assunto, mas o Seconci está recebendo 72 milhões de reais por ano...

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - 75 e 600, pelas contas aqui.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Seis vezes 12 daria 72, mas com a precisão do deputado Cezinha são 75 milhões disponibilizados para o Seconci, sabe para quê? Tecnologia de informação. Porque tudo que foi dito por eles é feito pelo poder público, exceto a gestão eletrônica do processo.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - O computador que mostra uma luzinha vermelha lá que tem uma vaga ociosa ou não.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Quando fica amarelo os 300 funcionários do Seconci, cuja remuneração nós desconhecemos, seja do corpo dirigente ou dos demais que ali trabalham - também não sabemos como eles foram contratados - custam para o poder público hoje 75 milhões de reais por ano, para uma tarefa que nós não entendemos por que não pode ser assumida pela secretaria.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - No caso esse ano, 75 mais sete e meio para fazer uma reforma.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Exatamente, já passamos de 82. Então, é impressionante como a delegação de competência, e ainda não fiscalizada, pode sair caro para os cofres públicos. Não vou me deter muito aqui, mas gostaria apenas de perguntar algumas coisas rapidamente ao senhor. Qual é o seu horário de trabalho na Secretaria de Estado da Saúde, antes da sua exoneração a pedido?

O SR. MICHEL FUKUSATO - Aos domingos.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Apenas na forma de plantonista?

O SR. MICHEL FUKUSATO - Isso.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - E o senhor tem como comprovar isso?

O SR. MICHEL FUKUSATO - Tenho.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Segundo, qual era a carga horária semanal de trabalho quando exercia essa função de médico na SES?

O SR. MICHEL FUKUSATO - Plantão de domingo, 24 horas.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - O horário de trabalho enquanto prestador de serviço na área de anestesia nesses hospitais vinculados às organizações sociais.

O SR. MICHEL FUKUSATO - Varia um pouco de semana para semana, por causa do rodízio. Mas gira em torno de 24 a 36 horas semanais.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - E essa mesma carga horária era semelhante para todos os demais sócios, ou o senhor na condição de sócio-administrador acabava tendo uma carga horária menor de prestação de serviços?

O SR. MICHEL FUKUSATO - Isso mesmo, eu tenho uma carga horária menor, e os outros sócios, dependendo de cada um, varia.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Portanto, a remuneração do senhor acabava sendo menor do que os colegas?

O SR. MICHEL FUKUSATO - Depende, porque na verdade tenho a parte administrativa. Então, temos um rendimento administrativo.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - A informação é que a OSS não pode cobrar taxa de administração, e se não pode, empresas por elas contratadas menos ainda.

O SR. MICHEL FUKUSATO - Mas eu tenho todo o serviço de organização de escala, de plantonistas, documentação, tudo. Isso é feito com o repasse das licitações, não tem nenhuma taxa administrativa a mais com relação a OSS. Eu tenho que subtrair do valor repassado, então tenho que pagar o plantonista e fazer uma mágica para que isso aconteça.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Pois é, mas aqui não podemos fazer mágicas. Precisamos respeitar a legislação. A Lei 846/1998 não permite que haja taxa de administração para as OSS, e tão pouco que ela delegue a competência que foi objeto de um contrato de gestão com a secretaria. Se a OSS não pode, que dirá as empresas subcontratadas. Há algum item do contrato firmado por vocês que dê cobertura legal para que o senhor receba ou recebesse, a título de administração, uma parte dos recursos disponibilizados pela empresa?

O SR. MICHEL FUKUSATO - Em nenhum dos contratos tem isso, nenhuma cláusula que fale isso. É uma administração interna do meu grupo, da minha empresa. Não tem nada vinculado a outros contratos.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - E para efeito apenas de cálculo nosso, o que o senhor achou razoável cobrar de taxa de administração? 3%, 5%, 10%? Qual é o percentual praticado pelo senhor?

O SR. MICHEL FUKUSATO - Na verdade, fazemos um dimensionamento e não temos um valor de taxa fixo. Temos que pagar as contas e os plantões, e aí depende de cada médico.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Pois é, mas o senhor gerencia os colegas. É médico cuidando de médico, certo? Também sou médico. Então, para gerenciar o serviço, o senhor entendeu que deveria entrar num número menor de cirurgias ou procedimentos que exigiam anestesia em relação aos seus colegas, e por

administrar a empresa o senhor ficava com uma parte dos recursos, ainda que atuando em número menor de cirurgias e outros procedimentos?

O SR. MICHEL FUKUSATO - Mas eu tenho a parte administrativa, de reuniões, de comissões. Isso é obrigatório no contrato. Essa é a função da minha parte administrativa, que tem um valor.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Mas o contrato reza em alguma cláusula a possibilidade de isso ser remunerado?

O SR. MICHEL FUKUSATO - Não, em nenhum momento.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - O contrato com as organizações sociais pressupõe que a pessoa se identifique. Em algum momento o senhor disse, por ocasião do contrato, que era médico da Secretaria de Estado da Saúde?

O SR. MICHEL FUKUSATO - Não, em nenhum momento.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - O senhor achou que não era relevante mencionar que era médico concursado estatutário da SES?

O SR. MICHEL FUKUSATO - Não, porque no meu entendimento não poderia prestar um duplo vínculo na mesma instituição. Então, como isso não aconteceria porque era de um hospital estritamente do Estado, e outros que participei das licitações eram terceirizados e não teria nenhum funcionário do Estado, achei por bem... Na verdade, nem me passou na cabeça comunicar.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Os demais colegas que compõem o corpo de sócios da empresa igualmente pediram exoneração nos últimos dias?

O SR. MICHEL FUKUSATO - Que eu saiba não.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - O senhor é o administrador da empresa. Ou bem pediram ou não pediram.

O SR. MICHEL FUKUSATO - Não pediram.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Porque o senhor está fazendo a escala de plantão, então é preciso saber se eles continuam irregularmente prestando serviços.

O SR. MICHEL FUKUSATO - Não saíram. Na verdade, estamos esperando uma orientação das OSS com relação a isso. Isso foi questionado.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Será que é porque ainda não tinha sido dada publicidade a esses nomes?

O SR. MICHEL FUKUSATO - Mas eu informei as OSS, tanto a Cruzada Bandeirante, como a SPDM, de que tenho quatro funcionários, e perguntei qual conduta deve ser tomada.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Sr. Presidente, nós não temos nenhuma condição de analisar a questão da idoneidade e qualidade do serviço prestado, seria irresponsável de nossa parte dizer que os profissionais não estão devidamente qualificados para essa prestação. Entretanto, precisamos ter dados mais fidedignos sobre qual é o corpo de sócios, e como está a situação hoje da empresa na Receita Federal. A empresa foi criada na casa do Dr. Fukusato, e depois levada para o ambiente da sua clínica, sendo destinada uma sala para que a empresa pudesse ficar sediada. Precisamos saber qual exatamente é o endereço que consta na Junta Comercial e também na Receita Federal. A empresa está em dia, no ponto de vista de seus encargos trabalhistas?

O SR. MICHEL FUKUSATO - Sim, porque todos esses documentos, em quaisquer licitações que entrarmos, são solicitados. Eu tenho que manter em dia, porque assim que tenho alguma ideia ou serviço concorrente que eu possa prestar, tenho que estar com isso tudo preparado. É feito mensalmente junto ao meu contador, a Receita Federal e a Junta Comercial.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Presidente, até para facilidade do nosso trabalho, acho que caberia ao depoente trazer essas informações à CPI. Informações

atualizadas da Junta Comercial, informações relativas à Receita Federal, eventual termo aditivo firmado, e que não seja do nosso conhecimento, desses três contratos mantidos e o nome dos demais componentes da empresa que mantêm vínculos, seja com a Secretaria de Estado da Saúde, com a Secretaria Municipal da Saúde em quaisquer dos municípios, não só da capital e eventualmente até com outros órgãos públicos.

Porque vocês estão em franco desacordo com o que reza a legislação do Estatuto do Funcionário Público. Então, essas são as questões que queria destacar inicialmente.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - O senhor tem condições de encaminhar logo no início dessa semana?

O SR. MICHEL FUKUSATO - Sim, preciso apenas de uns dois, três dias para o contador mandar. Eu posso mandar por e-mail.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Só uma questão, a sua casa, o seu domicílio foi usado como referência para a empresa até quando?

O SR. MICHEL FUKUSATO - Posso mandar junto? Porque não sei de cabeça.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Mas é questão de dias, semanas, meses ou anos?

O SR. MICHEL FUKUSATO - Anos. Eu posso só confirmar a data depois.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Posso fazer um questionamento aqui, ou os senhores querem se inscrever? Doutor, eu gostaria de fazer uma pergunta. Todos os seus sócios trabalham?

O SR. MICHEL FUKUSATO - Sim, trabalham. Variando a carga horária, mas trabalham.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Só o senhor que faz outro tipo de trabalho, como já explanou para o deputado Carlos Neder, é isso? A sua empresa já tirou alguma nota de algum serviço que não prestou?

O SR. MICHEL FUKUSATO - Não, porque todas as minhas notas são validadas conforme o relatório de proatividade e de plantão.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - E toda essa produtividade que o senhor tem que prestar, como fornecer dez anestésias gerais, por exemplo.

O SR. MICHEL FUKUSATO - É mais ou menos isso, o relatório inclui.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Um procedimento, vamos falar assim. Sua empresa tem que fornecer dez procedimentos, está no contrato que você tem tanto com a SPDM, quanto a Cruzada Bandeirante. E quando o senhor não consegue realizar esse trabalho? O senhor entregou só nove, oito, como fica? O senhor recebe menos ou pelas dez?

O SR. MICHEL FUKUSATO - O meu pagamento é feito por carga horária de plantão, então cada hospital tem sua meta determinada pela própria secretaria. O Hospital Geral de Pirajuçara, por exemplo, tem que produzir 800 cirurgias. Essa é a meta do hospital. Geralmente passa, porque são cirurgias eletivas e não contam as urgências, que sempre ultrapassam. Eu acho que a meta é baseada sobre cirurgias eletivas. Lógico que deve ter uma porcentagem, o senhor deve saber também, que eles calculam das emergências. Mas a meta é calculada, o planejamento do número de anestesistas em plantão é baseado no contrato pelo número de produtividade que tem que exercer. Dificilmente não alcançamos a meta de pedidos solicitados à secretaria. Acho que nunca vi, para falar a verdade.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Doutor, ontem fomos num hospital da SPDM fazer uma diligência. O deputado Carlos Neder estava lá, o deputado Wellington, eu, o Cezinha havia justificado e outros deputados também, fazemos um rodízio para agilizar os trabalhos, e o Dr. Fábio, o diretor-técnico do hospital, disse que todos os prestadores de serviços dele e os funcionários da OSS são cientificados de um documento que eles devem assinar dizendo que não são servidores públicos. Foi o que nos foi dito ontem na diligência.

O senhor assinou esse documento? Seus funcionários assinaram, já que você é um dos sócios-proprietários e administrador? Eles nunca solicitaram para o senhor assinar um documento desses, atestando que não é servidor público do Estado?

O SR. MICHEL FUKUSATO - Anteriormente ao contrato não.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - E quando assinou o contrato?

O SR. MICHEL FUKUSATO - Esse contrato é antigo, o senhor falou que é de seis anos atrás, não é?

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Esse que estava vendo aqui se não me engano é de 2012, mas vou confirmar.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Mas o senhor nunca assinou esse tipo de documento, nunca te mostraram e exigiram?

O SR. MICHEL FUKUSATO - Na assinatura desse contrato não.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - E quem lhe contrata, no caso as duas OSS, também nunca solicitaram ao senhor que quando contratasse alguém na sua empresa que gerencia, que colhesse também a assinatura nesse documento?

O SR. MICHEL FUKUSATO - Não.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Ok, muito obrigado. O Fábio ontem disse que era isso. Eu acho que esgotei.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Pela ordem, presidente. Se o deputado Cezinha me permitir. Além do senhor manter vínculo até recentemente com a Secretaria de Estado da Saúde, era um ou dois?

O SR. MICHEL FUKUSATO - Só um.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - E além de ser sócio da empresa, o senhor atua ou atuou em outra instituição pública ou privada?

O SR. MICHEL FUKUSATO - Sim, trabalhei há muito tempo. Logo depois de formado trabalhei na Santa Casa de Suzano, hospitais da cidade.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - E mais recentemente?

O SR. MICHEL FUKUSATO - Eu trabalho numa maternidade particular em Mogi das Cruzes.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - O senhor conhece uma empresa chamada Mogi Matter?

O SR. MICHEL FUKUSATO - Sim, é o Hospital Maternidade Mogi Matter.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Mas consta aqui que o senhor é diretor do hospital.

O SR. MICHEL FUKUSATO - Isso, assumi. Foi o que te falei.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - O senhor ainda é diretor do hospital?

O SR. MICHEL FUKUSATO - Sim, sou diretor clínico desse hospital.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Então, o senhor mantinha vínculo público indevidamente e pediu demissão há poucos dias. O senhor é sócio indevidamente de uma empresa que presta serviços ao Governo do Estado, e ainda encontrava tempo para ser diretor dessa instituição?

O SR. MICHEL FUKUSATO - Sim, todo dia no final da tarde.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - E conseguia compatibilizar o tempo de atuação em todas elas? Desde quando o senhor atua nesse hospital particular? E se também nesse caso não lhe ocorreu que era indevido.

O SR. MICHEL FUKUSATO - Não me ocorreu que era indevido trabalhar num horário além do que faço, porque minha carga horária é diluída, mas não tenho 12 horas. Trabalho seis, oito. E sempre no final do dia vou para essa maternidade. Mas meu cargo de diretor é de resolver problemas.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Para que o senhor possa ser o diretor clínico do hospital, provavelmente é com conhecimento do Conselho Regional de Medicina?

O SR. MICHEL FUKUSATO - Sim, registrado no Conselho Regional de Medicina.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - É obrigatório, mediante processo seletivo. E sua atuação como diretor clínico é remunerada?

O SR. MICHEL FUKUSATO - Sim.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - E qual é a carga horária?

O SR. MICHEL FUKUSATO - Não tem uma carga horária pré-determinada, porque não tenho horário fixo devido aos meus outros plantões que tenho que dar. Posso ir domingo, sábado, à noite, antes.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Fora isso, tem algum quarto ou quinto hospital?

O SR. MICHEL FUKUSATO - Não, não aguento.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Só uma última questão. Como é feita a remuneração dos seus colegas sócios da empresa? É por procedimentos? Qual é o critério?

O SR. MICHEL FUKUSATO - Não, por plantão.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - E tem um valor definido por plantão?

O SR. MICHEL FUKUSATO - Sim.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - E o senhor pode adiantar qual é esse valor para o plantão que está sendo observado na empresa?

O SR. MICHEL FUKUSATO - Varia de acordo com cada hospital e contrato.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Só uma noção do valor.

O SR. MICHEL FUKUSATO - É o que o mercado geralmente paga, de 1.200 a 1.400 reais para o plantão de 12 horas. Independente da especialidade, esse é o valor médio. Os contratos são baseados em valores médios.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Muito bem. É um total descontrole. Não é um problema específico da sua empresa, mas da lógica como a coisa está sendo dada. Isso é dinheiro público que está indo sem controle e sem que se saiba exatamente no que resulta em termos de atendimento à população.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Exatamente excelência, concordo.

O SR. RAMALHO DA CONSTRUÇÃO - PSDB - Pela ordem, presidente. Fiquei com uma dúvida. O nobre deputado Carlos Neder é especialista, porque é médico. Não sei se entendi direito, o senhor recebe por plantão ou um salário por responder como diretor do hospital?

O SR. MICHEL FUKUSATO - Recebo das duas formas. Recebo plantão quando dou o plantão, porque sou médico plantonista, e por essas minhas obrigações perante os contratos tenho uma remuneração, que varia de acordo com o que sobra da produtividade.

O SR. RAMALHO DA CONSTRUÇÃO - PSDB - Mas nessa que o senhor é diretor e vai depois das seis horas? Recebe por plantão ou por responsabilidade?

O SR. MICHEL FUKUSATO - Por responsabilidade técnica como diretor clínico.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - Sr. Presidente, pela ordem. Primeiro dizer que hoje começamos às 14 horas e já são quase 19 horas, e ainda estamos aqui trabalhando. Lá no início das perguntas do nobre companheiro, o deputado Carlos Neder, que é bastante técnico e experiente, o senhor falou sobre os contratos. É normal a SPDM, a detentora dos maiores contratos no Estado de São Paulo, não fazer licitação para contratar um trabalho de uma empresa como a do senhor para prestar serviços?

O SR. MICHEL FUKUSATO - Mas foi feita a licitação. Todos os meus contratos são fechados através de licitação.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - O senhor disse aqui que em alguns momentos houve o convite. Vocês procuram no site, etc., e houve um convite. Tem algum serviço que vocês prestam para a SPDM, algum hospital que não tenha sido feita a licitação pública?

O SR. MICHEL FUKUSATO - Não, todos são através de licitação.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - Ok, obrigado.

O SR. RAMALHO DA CONSTRUÇÃO - PSDB - Pela ordem, presidente. Uma coisa chama a atenção. Nós falamos aqui na outra audiência da situação que dei o exemplo do Tatuapé. Tinha lá na listagem 13 médicos plantonistas, e na realidade só tinha um trabalhando. Eu levantaria dúvida para investigarmos outros órgãos não

acontecem casos dessa mesma natureza. O cara está no plantão do hospital, recebendo pelo plantão, e ao mesmo tempo ele está dirigindo outro hospital. Não só no caso dele, mas geral do Estado. Acho que a população acaba perdendo.

Não só pelo problema do dinheiro público, porque eu me preocupo mais com o cidadão que está lá para ser atendido e o médico está cuidando da empresa dele ou de outros negócios, quando também recebe por aquele plantão. Eu sempre acompanho e estamos aqui com um especialista, um médico que já foi secretário, e tem toda a experiência nisso tudo. Mas acho que a função do parlamentar é fiscalizar o Estado para que evitemos que a população sofra por conta dessas irregularidades. E muitas vezes a culpa nem é dele; às vezes por falta de informações acaba cometendo crimes que prejudicam as pessoas que deveriam ser atendidas.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Acho que é esse o papel da CPI. Temos que agradecer ao deputado Carlos Neder, e dizer que conhecemos sua ideologia, o passado, a retidão, a transparência, a forma como atua na vida particular e pública. Mas eu sinto que ele deve ficar com o coração apertado, porque ele tem que cobrar a categoria dele mesmo, os colegas, muitas vezes gente que ele até estudou e conhece. Mas ele está na função dele como deputado e contribuindo muito, pelo conhecimento que adquiriu durante toda a vida no poder público.

Eu tenho tido a honra de ter colegas aqui que contribuem muito com o processo, toda a equipe da Assembleia, a assessoria dos deputados que contribuem conosco, o conselho que sempre vem aqui. Temos que agradecer a todos. Eu queria fazer uma comunicação de que o próximo dia 12 de junho é um dia especial para todos. Eu me lembro que era presidente da CPI dos combustíveis, e eu e o pai do Vinholi à noite fomos fazer uma diligência. Deram uns tiros para cima. Só estava eu e ele lá, mas você vê que é um bom dia para fazer diligência.

Dia 12 de junho tem uma sessão convocada para às 12 horas, com o professor Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira, diretor-presidente da SPDM, e também o Dr. Antônio Mendes de Freitas, presidente da Cruzada Bandeirante São Camilo. Eles ainda não confirmaram a presença, a assessoria tem conversado com eles. No dia 13 de junho, quarta-feira, às 13 horas, estão convidados o Dr. Gianpaolo Smanio, procurador-geral de Justiça, que já confirmou sua presença e diz que quer firmar uma parceria com esta CPI e a Assembleia, que seria a única do Estado de São Paulo para nos ajudar a fazer o

trabalho final. Ele vem fazer sua explanação do que acontece no Ministério Público, e que providências eles tomaram.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Pela ordem, presidente. Nesse caso, claro que a decisão é dele, mas como há requerimentos de que também venham o Dr. Artur Pinto, a Dra. Dora Martin e também o Dr. Santin, que inclusive fez com que uma representação do SindSaúde fosse arquivada, seria muito importante que ele viesse acompanhado desses três promotores, a título de sugestão.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - O Dr. Valter Foletto Santin, do Patrimônio Público, o Dr. Artur Pinto Filho e a Dra. Dora Martin, dos Direitos Humanos, ainda não confirmaram suas presenças. Só o procurador, o Dr. Smanio, que confirmou.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Precisamos ver se cabe a eles virem junto com o procurador-geral de Justiça, ou se é melhor que conversemos com o procurador e depois com eles em outra oportunidade.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Fazemos um contato com o Dr. Smanio, ele foi muito solícito para vir aqui.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Acho que poderíamos conversar e garantir com ele a vinda do pessoal que atua na área da saúde e do patrimônio público.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - De repente eles não podem vir dia 13 e vêm dia 12, se os dois presidentes das outras OSS não confirmarem. E dia 19 de junho já tem aqui, às 11 horas, o Dr. Trajano Sardenberg, vice-presidente da Famesp, e a Irmã Rosane Ghedin, diretora-presidente da Santa Casa de Saúde Santa Marcelina. Ainda temos outras oitavas aprovadas, do Dr. Fábio Alexandre Fernandes Ferraz, secretário da Saúde de Santos, a Dra. Carla Bertocco ou seu sucessor, data também a definir, e também o secretário, Dr. Marco Antônio Zaga, data a definir.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Sr. Presidente, em que momento analisaríamos requerimentos que ainda estão pendentes?

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Já na próxima semana. Vamos intercalar junto com essas oitivas.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - E mais uma questão, antes de V. Exa. encerrar a oitiva. Nós solicitamos alguns documentos; qual o prazo que será dado para que sejam oferecidos à CPI?

O SR. MICHEL FUKUSATO - Esses certificados são retirados pela internet, só preciso verificar o prazo que ela mesma dá.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Junta Comercial, Receita Federal e eventuais aditivos contratuais firmados.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Inclusive vamos cientificar. Agradecer a presença do senhor, que está dispensado. Obrigado pela atenção e transparência. Dizer que a assessoria está formatando uma minuta da visita de ontem, da diligência, e tem consultado a assessoria dos deputados que lá estiveram para acrescentar essa minuta em elaboração para que possamos fazer a leitura ou distribuir aos deputados. Mas que elas passem a fazer parte da documentação da CPI, para que os relatores possam fazer a leitura, os outros deputados.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Pela ordem, presidente. Posso estar enganado, mas fiquei com a impressão de que a TV Assembleia gravou todo o procedimento de reunião, as entrevistas. Acho que seria muito interessante que esse material fosse disponibilizado a todos nós, inclusive para quem não pode comparecer, porque mostra exatamente como se deu essa nossa ida. E como vão ocorrer outras, é interessante porque estabelece uma maneira da CPI agir nesses hospitais. E também contribui para a confecção dessa Ata.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Muito bem, excelência. A assessoria está correndo e o documento já está em mãos. Vamos tirar cópias.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Daqui a pouco vamos ter que começar a pedir palmas para a assessoria.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Agradeço a assessoria, parabéns a todos. Mas vamos tirar cópias para os outros, porque esse é o único que nós temos. Chegou fresquinho. Como temos aqui um membro do PT, outro do PSDB, um do PSD e eu do Democratas, e a Mesa é gerida pelo PT na primeira secretaria, o DEM na segunda e o PSDB na Presidência, estamos passando por uma grave crise aqui. Quero até deixar colocado aqui.

Como estamos aqui há muito tempo, e não é pelo conhecimento, mas pela idade, e por já termos passado pela segunda secretaria, vice-presidência, e por acompanhar e gostar de ver a administração da Casa, e cumprimentar sempre os servidores públicos e concursados que são o alicerce da Casa para o dia a dia, para ter documentação, Ata, correria, assessoria, estamos passando por um grave problema aqui com os servidores das Comissões, que dão assessoria. Ocorre que a Assembleia presta o concurso, faz tempo que não presta, o cidadão passa no concurso, fica feliz na Assembleia. Quem passa num concurso normalmente é competente, porque é bem feito e realizado, as pessoas se aplicam.

Quer seja o deputado que vê um funcionário de carreira, acaba puxando para seu gabinete, dá uma ajuda de custo legal, até para ter servidores que conheçam a Casa, passaram num concurso e tal. Ou também a própria administração vai lá e tira esses servidores. Vai o pessoal de finanças e fala, “aquele conhece de finanças”. Aqui temos o Dr. Pintura, um advogado cursado na USP em São Paulo que passou no concurso de pintor aqui, e não pintou nada. Ele pintou aqui e alguém já foi lá, algum gabinete. São boas pessoas, têm conhecimento e instrução. Isso também ocorre nas Comissões. Vem uma pessoa ligada ao RH que passou no concurso público, vai e pega a pessoa. O outro é advogado, vai a área jurídica e puxa.

Sabe como estamos hoje? Tem que agradecer a toda a equipe, tem aqui o chefe e o pessoal que trabalha, porque trabalham dia e noite nas Comissões e ainda fazendo as CPIs. Deputados, se alguém tiver uma dor de cabeça forte e não conseguir trabalhar, não tem quem substitua, não tem quem sente nesta cadeira para secretariar. É mais ou menos assim que tem funcionado. E por que ocorre isso? Porque no setor de Comissões eles não têm uma ajuda de custo dada em outras áreas. É uma gratificação que acabam ganhando para ir para outros cargos. Sabem quanto custa isso por ano?

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Pela ordem, presidente. Acho importante V. Exa. ter levantado essa questão. Eu até imagino que a quantidade de servidores ou funcionários concursados nos gabinetes seja pequena. Eu exerço um mandato há muitos anos e nunca consegui levar um concursado para o meu gabinete, porque ele não tem direito. Ele não tem nenhuma vantagem adicional para trabalhar no gabinete. Entretanto, essa disputa acontece em relação às várias Comissões. Acho que é importante se tivermos um acordo entre nós de abrirmos esse diálogo com a Mesa Diretora no Colégio de Líderes, porque realmente é um tratamento desigual, e não é aceitável que as pessoas sejam obrigadas a ficar tantas horas se dedicando a uma Comissão ou trabalho, sem que haja um reconhecimento desse trabalho.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - E a confiança é tão grande neles, porque quem lê uma Ata? Só quando é final de ano e aí tem disputa de orçamento, fechamento, aí todo mundo lê relatório. Agora tem fé pública, tudo nós confiamos nele. A CPI por exemplo, alguém pediu para ler alguma Ata? Porque confia neles e sabe que fazem direitinho. Agora, quantos servidores eram para termos no quadro? Já que estamos aqui, vamos abrir uma exceção.

O SR. JOSÉ RENÉ PIRES DE CAMPOS - Nós temos no departamento de Comissões, três divisões. Uma é a divisão de apoio às Comissões, esse trabalho feito em 16 Comissões, cinco CPIs e um Conselho de Ética. Nós temos outras duas divisões, a DET, que elabora pareceres, e hoje temos elaborado pareceres para a maioria dos gabinetes. E uma outra, a DPL, que elabora proposições, projetos de lei. Então, nós já tivemos na divisão de apoio às Comissões, 28 funcionários. Hoje estamos com dez, sendo que um vai se aposentar. Todos os funcionários de Comissões trabalham de segunda a sexta, e se tem CPI de manhã, tem que vir de manhã, se tem extra, fazemos plantão. Então, estamos no limite. Como disse o deputado Edmir, se um funcionário tiver dor de barriga... E temos algumas moças que são recém-casadas, vão engravidar.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - E a OSS ainda não atende bem.

O SR. O SR. JOSÉ RENÉ PIRES DE CAMPOS - Então, o que acaba acontecendo? Algumas áreas da administração, como finanças e RH, têm uma gratificação chamada pró-labore. E nós temos perdido funcionários para essas áreas, e com razão. Nós perdemos um agora da divisão de equipe técnica, advogado, cinco anos fazendo pareceres primorosos, que foi para lá. Estamos com 300 projetos de lei na fila para fazer parecer, e os deputados ficam irritados porque têm pressa. E tem que seguir um padrão, não é dar parecer, tem que ter critério técnico. A situação é dramática, e o deputado Edmir resolveu nos ajudar. Peço apoio aos senhores.

O SR. RAMALHO DA CONSTRUÇÃO - PSDB - Pela ordem, presidente. Primeiro parabenizar V. Exa. pela iniciativa, e dizer que nosso líder, o Marco Vinholi, já tem se manifestado a favor desse debate. Acho que quem ganha são todos nós e a Assembleia Legislativa. Eu gostaria de parabenizar V. Exa., tenho certeza que não deve ter nenhum deputado que seja contra isso.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Até para informar cada bancada, o que ocorre? Já estive falando com o primeiro secretário, com o segundo, e o presidente por acaso ainda não consegui, porque temos ficado aqui cinco, seis horas, e depois tem gente para atender no gabinete, e temos nos desencontrado. Tem um estudo na Casa para fazer uma remodelação geral. Só para fazer esse estudo leva tempo, porque você tem que ouvir todas as áreas, resolver, mexe numa coisa e às vezes cria problema lá na frente. Essa área daqui a pouco vai parar de funcionar, vamos resolver e continuar estudando as outras? Pelo menos equaciona, porque é uma atividade fim, senão não vamos funcionar. Era mais um testemunho que eu queria dar aos senhores.

O SR. RAMALHO DA CONSTRUÇÃO - PSDB - Só cumprimentar V. Exa. e dizer o seguinte, parece que é casa de ferreiro, espeto de pau. Somos uma Casa de Legislativa, e vi pela imprensa que não temos certificado, aprovação. É uma coisa que precisamos chamar a atenção para todos nós mesmos, para regularizar. Ficamos aqui na CPI cobrando regularização dos outros, e a nossa Casa nada. Não só cumprimento de legislação, mas condições dos funcionários trabalhando aqui. Sou dirigente sindical e tenho toda a liberdade para falar isso, eu defendo o trabalhador. Tem algumas condições aqui que se fossem em local privado era embargado.

Mas fiquei feliz com sua intervenção e iniciativa. Tenho certeza que a Bancada do PSDB e o Marco Vinholi principalmente, um jovem que quer mostrar serviço, e por isso é bom jovem entrar nessa luta, para que possamos construir através do debate. Parabéns.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Mas tem um custo com encargo, 13º e tudo, de só 70 mil reais. É uma coisa pequena para a Assembleia Legislativa, que é tão importante. É o centro. Se não tiver, não funciona nada. Então, agradeço pelo trabalho dos senhores, a intenção de levar ao Colégio de Líderes. Precisamos ter um pouco mais de rapidez em algumas áreas, senão daqui a pouco vamos ter que pegar um assessor de deputado para fazer a secretaria, mas daí não tem fé pública.

O SR. O SR. JOSÉ RENÉ PIRES DE CAMPOS - Tem um estudo que entregamos ao senhor, do Rodrigo, secretário-geral parlamentar. Estamos torcendo que ele seja aprovado, porque tem a legislação eleitoral também. Dia sete de julho trava tudo, então, só 15 de março, em função da legislação eleitoral.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Desde já agradeço a todos os Srs. Deputados e suas assessorias, pessoas que nos acompanharam, imprensa e toda a equipe. Muito obrigado. Está encerrada a presente sessão.